

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2018 e 2017 e relatórios
dos auditores independentes

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	7
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ...	11
MENSAGEM DO PRESIDENTE	11
A COMPANHIA.....	13
CENÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	15
DESEMPENHO OPERACIONAL	17
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	20
GESTÃO DOS NEGÓCIOS.....	25
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO.....	28
GESTÃO DE PESSOAS.....	28
GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE	29
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017	32
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS.....	33
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.....	33
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS	34
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.....	34
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO DOS	34
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.....	34
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	35
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.....	35
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	36
1.1. Contexto operacional	36
1.2. Marco legal do setor elétrico	36
1.3. Despacho Aneel nº 1.146/2018 (FID II)	37
1.4. Aprovação das demonstrações financeiras.....	38
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	38
2.1. Base de preparação.....	38
2.2. Moeda funcional e moeda de preparação	38
2.3. Caixa e equivalentes de caixa.....	39
2.4. Instrumentos financeiros	39
2.4.1. Ativos financeiros.....	39

2.4.1.1.	Classificação	39
2.4.1.2.	Reconhecimento e mensuração.....	39
2.4.1.3.	Compensação de instrumentos financeiros.....	39
2.4.1.4.	<i>Impairment</i> de ativos financeiros.....	40
2.4.2.	Passivos financeiros.....	41
2.4.2.1.	Classificação	41
2.4.2.2.	Reconhecimento e mensuração.....	41
2.5.	Contas a receber de Concessionárias e Permissionárias	41
2.6.	Estimativa para créditos de liquidação duvidosa ("ECLD") - <i>Impairment</i>	42
2.7.	Serviços em curso.....	42
2.8.	Imobilizado	42
2.9.	Ativos intangíveis	42
2.9.1.	<i>Softwares</i>	42
2.9.2.	Bônus de outorga	43
2.10.	Impairment de ativos não financeiros	43
2.11.	Fornecedores e outras contas a pagar	43
2.12.	Empréstimos, debêntures e partes relacionadas.....	43
2.13.	Provisões	44
2.14.	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	44
2.15.	Benefícios a empregados	45
2.15.1.	Participação nos lucros.....	45
2.16.	Reconhecimento da receita	45
2.16.1.	Receita de comercialização de energia	45
2.16.2.	Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas.....	45
2.16.3.	Receita de suprimento de energia elétrica	45
2.16.4.	Receita financeira.....	46
2.17.	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	46
3.	DEMONSTRACOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	46
4.	ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABEIS CRITICOS	46
4.1.	Estimativas e premissas contábeis críticas.....	46
4.1.1.	Contingências	47
4.1.2.	Impostos de renda e contribuição social diferidos	47
4.2.	Novos pronunciamentos CPC	47
4.2.1.	CPC 47/IFRS 15	47

4.2.2.	CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9	48
4.2.3.	Normas novas que ainda não estão em vigor	49
4.2.4.	CPC 06/IFRS 16	49
5.	GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO	49
5.1.	Fatores de riscos financeiros.....	49
5.1.1.	Risco de mercado	49
5.1.2.	Risco cambial - dólar norte-americano	50
5.1.3.	Risco de liquidez.....	50
5.1.4.	Risco de crédito	51
5.1.5.	Risco de aceleração de dívidas.....	51
5.1.6.	Análise de sensibilidade	51
5.2.	Gestão de capital.....	52
5.3.	Outros riscos.....	52
5.3.1.	Risco de regulação.....	52
5.3.2.	Risco ambiental	52
5.4.	Estimativa ao valor justo	53
6.	QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	53
6.1.	Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	53
6.2.	Concessionárias e permissionárias.....	53
7.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	54
8.	CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	55
9.	TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER	55
9.1.	Impostos diferidos.....	56
10.	DEPÓSITO JUDICIAL.....	56
10.1.	Composição do depósito judicial	56
10.2.	Movimentação do depósito judicial.....	56
11.	PARTES RELACIONADAS	56
11.1.	Remuneração do pessoal-chave da administração.....	56
11.2.	Transações e saldos.....	57
11.3.	Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.....	57
11.3.1.	Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	58
12.	IMOBILIZADO.....	58
12.1.	Composição	58
12.2.	Movimentação do ativo imobilizado.....	58

12.3.	Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado.....	59
12.4.	Principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado	59
12.5.	Taxas médias de depreciação.....	59
12.6.	Dos bens vinculados a outorga	59
13.	INTANGÍVEL	60
13.1.	Composição do intangível	60
13.2.	Movimentação do intangível	60
14.	FORNECEDORES	60
15.	ENCARGOS SETORIAIS	60
15.1.	Composição e vencimento do P&D.....	61
15.2.	Movimentação do P&D	62
16.	EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	62
16.1.	Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ	62
16.2.	Captação 1º emissão de debêntures.....	62
16.3.	Composição e vencimento	63
16.4.	Vencimento das parcelas de longo prazo	63
16.5.	Movimentação da dívida.....	63
16.6.	Características dos contratos de empréstimos e debêntures.....	64
16.6.1.	Cláusulas restritivas (“ <i>Covenants</i> ”)	64
17.	PROVISÕES PARA RISCOS	64
17.1.	Contingências prováveis.....	64
17.2.	Contingências possíveis.....	64
18.	PATRIMONIO LÍQUIDO	68
18.1.	Capital social subscrito e integralizado	68
18.2.	Reserva legal	68
18.3.	Destinação do lucro do exercício	68
18.4.	Composição de dividendos a pagar e JSCP	68
19.	ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE	69
19.1.	Energia elétrica vendida.....	69
19.2.	Energia comprada para revenda	70
19.3.	Encargos de uso da rede elétrica	70
20.	CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	71
21.	CUSTOS E DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	71
22.	RESULTADO FINANCEIRO	72

23.	DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	72
24.	LUCRO POR AÇÃO.....	73
25.	Instrumentos financeiros	74
26.	SEGUROS	74
27.	COMPROMISSOS	74
27.1.	Contratos de compra e venda de energia elétrica	74
28.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE	75
29.	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	77
29.1.	Reapresentação de cifras (societário).....	77
29.2.	Balanço Patrimonial Regulatório.....	78
29.3.	Demonstração do Resultado Regulatório e Societário	79
29.4.	Detalhamento das diferenças de práticas contábeis – Nota de ajuste.....	79
29.4.1.	Balanço Patrimonial	79
29.4.2.	Demonstração do Resultado	81
29.5.	Conciliação do lucro líquido societário e regulatório.....	82
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	83

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

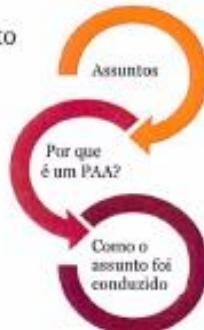
Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Rio Paraná Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Rio Paraná Energia S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisões para riscos (Nota 17)

Em função do Contrato de Concessão assinado em 5 de janeiro de 2016, a Companhia poderá assumir processos judiciais e administrativos ambientais, cujo polo passivo era a Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), anterior detentora da concessão das usinas, atualmente com a Companhia.

As Ações Civis Públicas estão na fase de conhecimento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como a compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dado o estágio dos processos, a administração, a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, considera que é a eventual perda nos processos é possível, todavia não mensurável neste momento.

Dadas as inerentes incertezas em processos dessa natureza, bem com eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências.

Adicionalmente, analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a administração e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmações formais sobre o andamento e expectativa de desfecho diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar as classificações de risco de perda e a completude das informações.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Rio Paraná Energia S.A.

Outros assuntos

A Rio Paraná Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 28 de fevereiro de 2019, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Rio Paraná Energia S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5

Valdir Renato Coscodai
Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/0-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Senhores Acionistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), submete à apreciação de Vossas Senhorias o relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Consideramos essas informações importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, investidores clientes e parceiros de negócios.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Centralizamos nossos esforços em eficiência operacional, estratégia fundamental para enfrentar o ambiente de negócios desafiador de 2018. Geramos 20.226,52 GWh, 2,5% acima do ano anterior. Com a melhora do desempenho operacional e evolução do comportamento de preços no mercado de energia, a receita líquida, de R\$ 2,9 bilhões, ficou 6,4% acima em relação à registrada em 2017. O Ebitda, de R\$ 2,0 bilhões, aumentou 11,1% em comparação a 2017, com margem de 69,5%.

Aplicamos recursos de R\$ 245,1 milhões em 2018 nas usinas hidrelétricas Jupiá e Ilha Solteira, como parte do projeto de modernização de nossas unidades geradoras, atualmente o maior investimento já feito em modernização de usinas hidrelétricas do Brasil. A primeira fase consiste na modernização e reforma de duas unidades geradoras em cada uma das usinas e, para aumentar a segurança dos ativos, antecipamos o processo de troca de 16 transformadores, cuja conclusão ocorrerá no prazo de dois anos, até 2020, ante o prazo originalmente previsto, de oito anos. A Companhia investirá o montante de R\$ 3 bilhões para modernizar e reformar as 34 máquinas pertencentes às duas usinas no prazo de dez anos.

Em 2019, iniciaremos a segunda fase, que consiste na troca de mais quatro unidades geradoras em cada uma das usinas. Paralelamente, começarão as reformas em todos os vertedouros e a construção de um novo Centro de Operação da Geração (COG), atendendo a todas as usinas da CTG no Brasil.

Destinamos ainda R\$ 2,0 milhões a atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, em projetos orientados a criar conhecimento técnico e científico para apoiar o crescimento do setor elétrico brasileiro e ganhos de eficiência da Companhia.

Na gestão de saúde ocupacional e segurança do trabalho, que é o nosso primeiro valor, aperfeiçoamos os programas e treinamentos de capacitação comportamental e técnicos, para prevenirmos todos os tipos de acidentes relacionados ao nosso segmento industrial, evidenciando cuidado com nossos colaboradores, contratados, comunidades e ativos. Otimizamos nossos processos de inspeção que garantem a melhoria contínua das condições de segurança dos nossos ambientes de trabalho. Introduzimos também

o Índice de Segurança Preventiva (ISP), uma ferramenta de inspeção periódica, focada em prevenção, pela qual avaliamos em campo o desempenho dos nossos programas e procedimentos. Como exemplos do resultado desse conjunto de ações implantadas, nossas taxas de frequência e gravidade dos acidentes estão sendo reduzidas continuamente e nenhum acidente com afastamento foi registrado na reforma das máquinas da UHE Jupiá, onde chegamos a ter 350 operários no canteiro de obras.

Avançamos na estratégia de sustentabilidade e reafirmamos o compromisso com o desenvolvimento sustentável de nossas comunidades. Investimos na construção de um melhor ambiente para se trabalhar e na capacitação de nossos colaboradores, acelerando projetos em que profissionais compartilham com os colegas sua experiência sobre temas técnicos ou relacionados a características do mercado brasileiro de energia.

O gerenciamento de nossas operações, com estabilidade e responsabilidade, foi reconhecido pela agência de classificação de riscos Moody's, que passou a Rio Paraná de negativa para estável, mantendo o mais alto grau de investimento (Aaa.br), o que representou uma grande conquista.

Estamos determinados a simplificar nosso dia a dia, identificar prioridades, investir na melhoria contínua de nossas operações, conectar todos os esforços e organizar a maneira como gerenciamos nosso negócio de forma objetiva e estratégica, aperfeiçoando o relacionamento com todos os públicos de interesse. Sabemos que essa transformação é uma longa jornada que está apenas iniciando. O ano de 2019 será de muitos desafios e, certamente, um grande propulsor para construirmos uma organização ainda mais forte e eficaz.

Li Yinsheng

Presidente

A COMPANHIA

A Rio Paraná Energia S.A. é concessionária de duas usinas de geração hidrelétrica – UHE Jupiá e UHE Ilha Solteira – instaladas no Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. No final de 2018, mantinha 34 unidades geradoras, com 4.995,2 MW de capacidade instalada e 2.617,5 MW médios de garantia física de energia.

A potência equivale a 4,8% do total da capacidade de geração hidrelétrica do Brasil (104.195 MW em dezembro de 2018, de acordo com dados do Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do Ministério de Minas e Energia). A energia gerada pelas duas usinas no ano foi de 20.226,5 GWh, 2,5% acima do volume registrado em 2017 e correspondendo a 5,0% do gerado por fontes hidrelétricas no país durante o ano, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária da China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), segunda maior geradora privada de energia renovável instalada no país, que é controlada pela China Three Gorges Corporation (CTG), maior geradora de energia hidrelétrica do mundo, com capacidade instalada de aproximadamente 120 GW.

A CTG Brasil adquiriu em 2015 os ativos que pertenciam à Companhia Energética de São Paulo (Cesp), em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da eclusa de Jupiá, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e tietê.

Em 2018, a Companhia contava com 320 colaboradores próprios, 117 prestadores de serviço, 1 estagiário e 3 jovens-aprendizes. A receita líquida alcançou R\$ 2,9 bilhões e o Ebitda foi de R\$ 2,0 bilhões.

CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato de concessão da Rio Paraná Energia foi assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 5 de janeiro de 2016. Ele prevê a operação e manutenção do serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, de acordo com o previsto na Lei nº 12.783, de 2013.

O contrato regula a concessão de geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas (UHEs) Ilha Solteira e Jupiá, com outorga pelo prazo de 30 anos, contados, de forma individualizada para cada usina hidrelétrica, a partir de 180 dias após a assinatura do contrato. O vencimento da outorga se dará, assim, em julho de 2046.

O contrato de concessão estabelece que, desde 1º de janeiro de 2017, 70% da energia gerada é comercializada no regime de cotas da garantia física, sendo os 30% restantes passíveis de negociação no ACL ou ACR.

PARQUE GERADOR

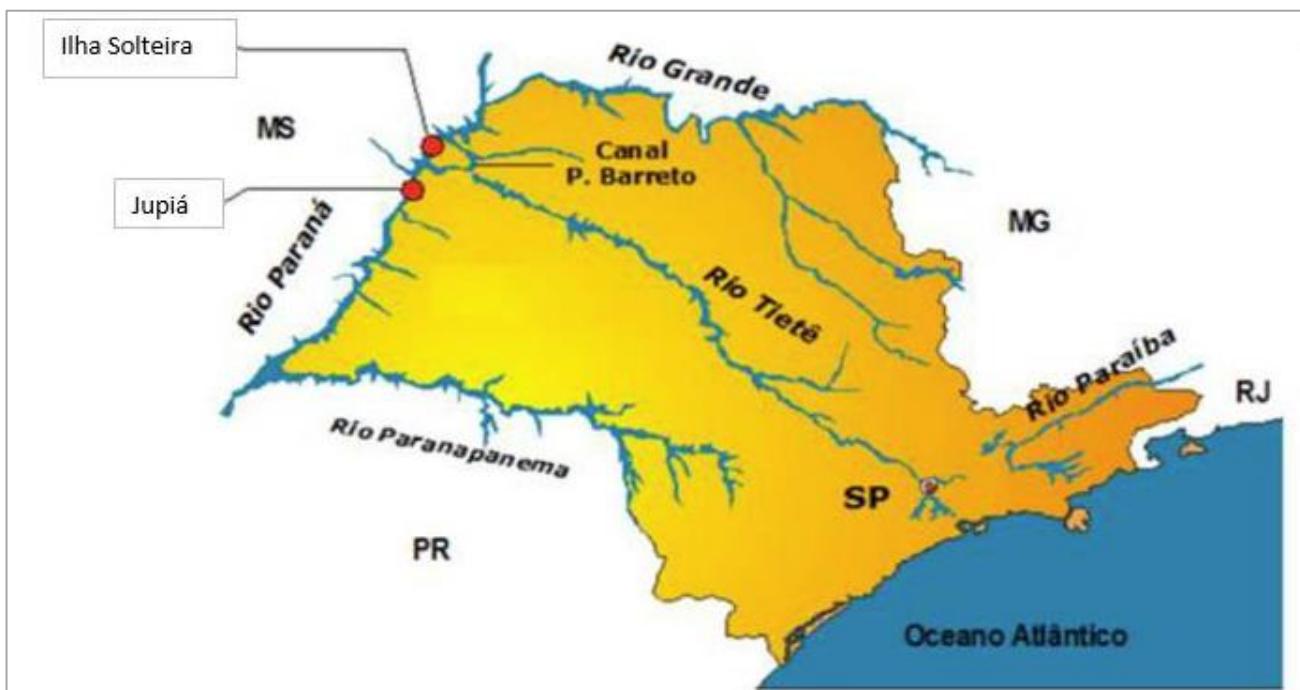
O parque gerador da Rio Paraná é integrado por duas usinas:

UHE Ilha Solteira – Sexta maior usina hidrelétrica em operação no Brasil é também a de maior capacidade nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Em operação desde 1978, possui 20 unidades geradoras, com potência instalada de 3.444,0 MW e garantia física de 1.731,5 MW médios. Está localizada no Rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Sua barragem tem 5.605 metros de comprimento e seu reservatório ocupa 1.195 km². Além da produção de energia elétrica, a usina desempenha importante função para o controle da tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Por razões operacionais e energéticas, seu reservatório é integrado ao da usina hidrelétrica Três Irmãos, cuja concessionária é a Tijoá Energia, por meio do canal Pereira Barreto, com 9,6 mil metros de comprimento.

UHE Engenheiro Souza Dias (Jupiá) – Com 14 unidades geradoras, tem potência instalada de 1.551,2 MW, e dois grupos turbina-gerador para serviço auxiliar, cada um deles com potência de 4.750 kW, com garantia física de 886,0 MW médios. Em operação desde 1974, está instalada no Rio Paraná, entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A usina dispõe de uma eclusa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê. Sua barragem tem 5.495 metros de comprimento e seu reservatório ocupa 330 km².

CARACTERÍSTICAS DO PARQUE GERADOR

UHE	Unidades geradoras	Potência instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Propriedade	Assinatura contrato de concessão	Vencimento da outorga	Entrada em operação
Jupiá	14	1.551,2	886,0	100%	05/01/2016	1/7/2046	1974
Ilha Solteira	20	3.444,0	1.731,5	100%	05/01/2016	1/7/2046	1978
Rio Paraná Energia	34	4.995,2	2.617,5	-	-	-	-



MODELO DE NEGÓCIO E CONDIÇÕES NO ACR

UHE	Modelo de negócio em 1º de janeiro de 2018	Preço no ACR em 1º de janeiro de 2018	Data e índice de ajuste no ACR
Jupiá e Ilha Solteira	70% da energia em regime de cotas da garantia física e 30% restantes passíveis de negociação no ACL ou ACR.	Em 2018, não houve negociação de energia no ACR. No ano, 75% da garantia física foi comercializado em regime de cotas e 25%, no ACL.	

CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

A expectativa de recuperação da economia brasileira não se confirmou e o país viveu mais um ano de instabilidade econômica e política, sobretudo por causa das eleições realizadas em outubro. O Produto Interno Bruto (PIB), que havia aumentado 1,0% no ano anterior, manteve o ritmo de baixo crescimento: 1,1%, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção industrial cresceu 1,1% no acumulado de 2018 e o comércio varejista registrou vendas 2,3% maiores, a mais elevada variação em cinco anos. A taxa média de desocupação foi de 12,3%, ante 12,7% no final de 2017, de acordo com indicadores do IBGE.

A meta da taxa de juros Selic, definida pelo Banco Central, encerrou em 6,5%, diante dos 7,0% registrados no início de 2018. A inflação medida pelo IPCA foi de 3,75%, acima dos 2,95% de 2017, mas num nível ainda baixo, em razão do reduzido crescimento econômico, e dentro da meta do Banco Central.

MERCADO DE ENERGIA

A capacidade instalada total de geração de energia hidrelétrica no Brasil alcançou 104.195 MW em dezembro de 2018, acréscimo de 3.876 MW (mais 3,9%) em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do Ministério de Minas e Energia (MME). Já os números do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostraram que fontes hidrelétricas corresponderam 73,8% da energia gerada (408.459 GWh do total de 553.206 GWh). As usinas térmicas, incluindo nuclear, responderam por 17,4%; os parques eólicos, por 8,3%, e as fontes solares, por 0,5%.

O consumo de energia foi 1,1% maior do que em 2017, alcançando 472.242 GWh, conforme a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Todos os segmentos de consumo registraram alta: 1,3%, industrial, 1,2% residencial; 0,6% comercial e 1,0% outros. O consumo do mercado regulado caiu 1,3% e a migração de consumidores favoreceu o aumento de 6,3% registrado no mercado livre.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Duas questões regulatórias mobilizaram o setor de geração de energia elétrica ao longo de 2018: fator de ajuste de garantia física (Generation Scaling Factor – GSF) e a própria revisão da garantia física das usinas hidrelétricas publicada em 2017, mas com efeito a partir de 2018. A Rio Paraná, que tem 70% de sua garantia física comercializada no sistema de cotas, não contestou as condições de repactuação de risco hidrológico estabelecidas em 2017 pelo órgão regulador.

Está em discussão uma ampla revisão do modelo setorial, incluindo aspectos como formação de preço, limites para acesso de consumidores ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas e medidas para desjudicializar o setor, entre outras. Um acordo entre lideranças do Senado inseriu em projeto de lei já em andamento uma emenda com proposta de solução definitiva para o débito do GSF. O projeto (PLS 209/2015) foi aprovado na Comissão de Infraestrutura da Câmara em 31 de outubro de 2018 e aguarda votação no Plenário do Senado.

DESEMPENHO OPERACIONAL

As usinas da Rio Paraná Energia geram energia elétrica de acordo com Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais.

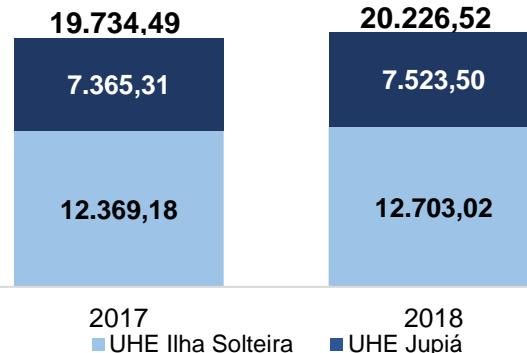
Em 2018, as duas usinas geraram em conjunto 20.226,5 GWh, 2,5% acima do ano anterior (19.734,5 GWh), e equivalente a 3,7% do total produzido no Brasil durante o ano (553.206 GWh de acordo com os dados do ONS). Considerando apenas geração hidrelétrica total do Brasil (408.459 GWh), a proporção sobe para 5,0% do total do sistema.

O montante gerado foi 12% inferior à garantia física bruta para o ano, fixada em 22.929 GWh, correspondendo a 2.617,5 MWm. Com baixa taxa de falha nas unidades geradoras, o índice médio de disponibilidade foi de 92,57% na UHE Ilha Solteira e 92,84% na UHE Jupiá, acima do ano anterior (91,98% e 91,88%, respectivamente) e do limite regulatório de 89,58%.

De acordo com dados de volume útil de reservatórios apurados pelo ONS, o reservatório de Ilha Solteira encerrou o ano com 57,5%, abaixo do nível de 65,3% registrado em dezembro de 2017, em proporção acima da verificada em outras bacias hidrográficas do Brasil. Por essa razão, o ONS elevou em 2,5% o volume gerado em 2018.

Durante o ano de 2018, as duas usinas apresentaram o seguinte desempenho:

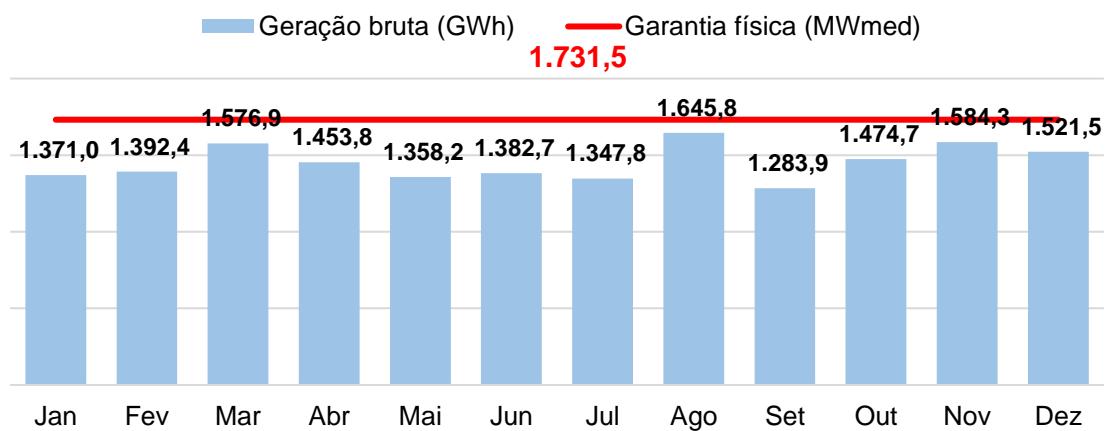
PRODUÇÃO DE ENERGIA (GWh)



UHE ILHA SOLTEIRA

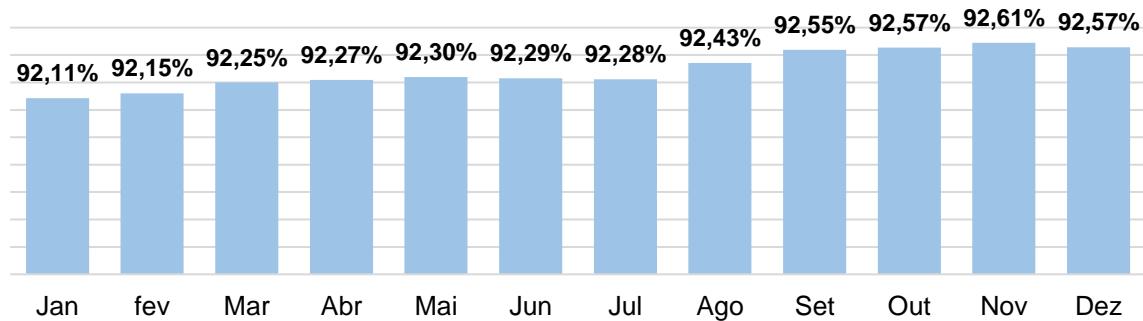
A UHE permaneceu, em média, por unidade geradora, 702 horas por mês disponível ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e a geração bruta de energia foi de 1.449,4 MW médios.

UHE ILHA SOLTEIRA – GERAÇÃO BRUTA X GARANTIA FÍSICA 2018



A Disponibilidade Mensal da UHE Ilha Solteira (“ID mês”) atingiu os seguintes percentuais em 2018:

UHE ILHA SOLTEIRA – ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE 2018

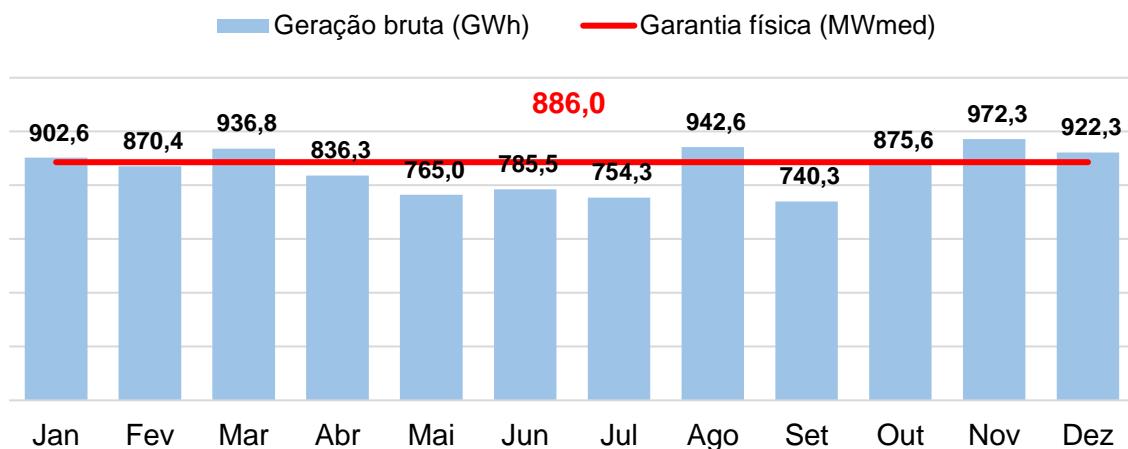


Obs.: Índice de disponibilidade é a quantidade de tempo que as unidades geradoras de uma usina estão disponíveis para produzir eletricidade dividida pelo tempo total no período, considerando intervenções programadas e não programadas. O ONS tem a responsabilidade de processar mensalmente esses índices por meio de equações de taxas equivalentes.

UHE JUPIÁ

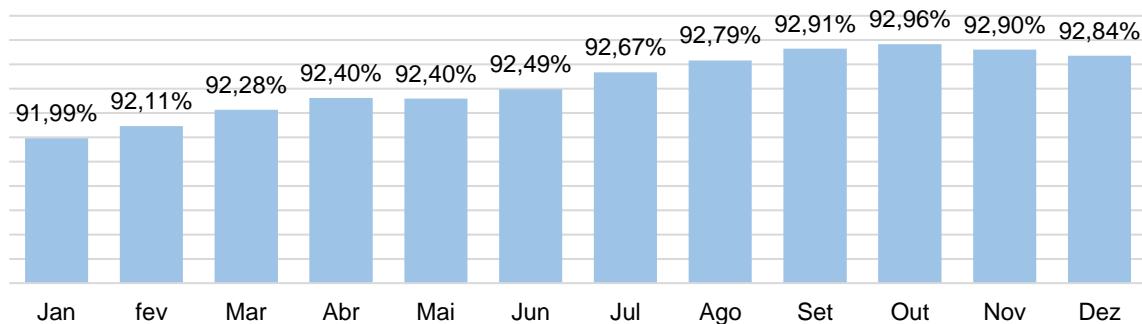
A Usina Hidrelétrica Jupiá permaneceu, em média, por unidade geradora, 711 horas e 30 minutos por mês disponível ao SIN em 2018 e a geração bruta de energia foi de 858,7 MW médios.

UHE JUPIÁ – GERAÇÃO BRUTA X GARANTIA FÍSICA 2018



A Disponibilidade Mensal da UHE Jupiá ("ID mês") atingiu os seguintes percentuais durante o ano:

UHE JUPIÁ – ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE 2018 (%)



Obs.: Índice de disponibilidade é a quantidade de tempo que as unidades geradoras de uma usina estão disponíveis para produzir eletricidade dividida pelo tempo total no período, considerando intervenções programadas e não programadas. O ONS tem a responsabilidade de processar mensalmente esses índices por meio de equações de taxas equivalentes.

GARANTIA FÍSICA REALIZADA E ESPERADA (MWmédios)

UHE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Jupiá	886,0	886,0	886,0	886,0	886,0	886,0	886,0
Ilha Solteira	1.731,5	1.731,5	1.731,5	1.731,5	1.731,5	1.731,5	1.731,5
Rio Paraná Energia	2.617,5						

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2018, 25% das vendas de energia da Rio Paraná foram realizadas para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 75%, em regime de cotas da garantia física. O volume de energia vendida, de 20.768,8 GWh não considera Mercado de Curto Prazo (MCP) e Mecanismos de Realocação de Energia (MRE).

Ainda que a recuperação econômica não tenha ocorrido com a força esperada, a Rio Paraná obteve consistentes resultados de vendas no ano. A estratégia comercial baseia-se na negociação de energia com dois anos de antecedência (A-2), tendo sempre uma carteira diversificada de clientes com robusta qualidade de crédito e o apoio do Comitê Estratégico Comercial para análise e alinhamento das questões estratégicas.

Atualmente, por conta do grande déficit nas chuvas, as empresas geradoras são despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em volumes inferiores aos de sua garantia física e para cumprir os contratos com os clientes compram energia no mercado de curto prazo de forma a cobrir essa diferença, ficando expostas à variação de preços nas negociações de curto prazo. Assim, atuando na compra e venda de energia elétrica, tanto no curto quanto no longo prazo, a Companhia executou uma gestão eficaz dessas variações.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS INDICADORES (R\$ Mil)

	2018	2017	Variação %
FINANCIEROS			
Receita Operacional Bruta	3.359.588	3.160.241	6,3
(-) Deduções à receita operacional	(452.429)	(428.738)	5,5
Resultado operacional líquido	2.907.159	2.731.503	6,4
(-) Custos e despesas operacionais	(1.347.393)	(1.373.130)	-1,9
Resultado da atividade	1.559.766	1.358.373	14,8
Ebitda	2.021.650	1.819.938	11,1
Margem Ebitda - %	69,5%	66,6%	2,9pp
Resultado de participação societárias	182	(50)	-464,0
Resultado Financeiro	(1.020.293)	(522.708)	95,2
Resultado antes dos impostos	539.655	835.615	-35,4
Lucro líquido do exercício	556.375	505.387	10,1
Margem líquida - %	19,1%	18,5%	0,6pp
AÇÕES			
Quantidade de ações (lotes de mil)	7.014.326	7.014.326	-
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	0,07932	0,07205	10,1
PATRIMONIAIS			
Ativos totais	14.911.586	14.135.784	5,5
Dívidas em moeda nacional	3.179.788	2.703.007	17,6
Dívidas em moeda estrangeira	3.604.789	3.241.058	11,2
Patrimônio líquido	6.836.318	6.857.943	-0,3

RECEITA

A Companhia apresentou um crescimento de R\$ 175,7 milhões (ou 6,4%) na receita líquida, basicamente em virtude da correção monetária (Inflação).

A parcela da garantia física de energia e de potência de cada usina hidrelétrica destinada ao Regime de Cotas é remunerada por meio de Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela Aneel, paga em parcelas duodecimais, sujeita a ajustes em decorrência do Padrão de Qualidade do Serviço de Geração Prestado, e excluída do montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais de PIS e Cofins.

A RAG é reajustada anualmente pela ANEEL, no dia 1º de julho. A RAG é composta das seguintes parcelas: 1) associada ao custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), que inclui os investimentos em melhorias durante o prazo da Concessão; 2) referente ao Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), obtida na licitação; 3) associada aos Custos da Gestão dos Ativos de Geração decorrentes de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição de responsabilidade da concessionária; 4) de Ajuste por indisponibilidade; 5) de outros encargos vigentes.

Em 2018, a parcela de RBO e GAG teve o reajuste de 4,1% conforme estabelece o Contrato de Concessão.

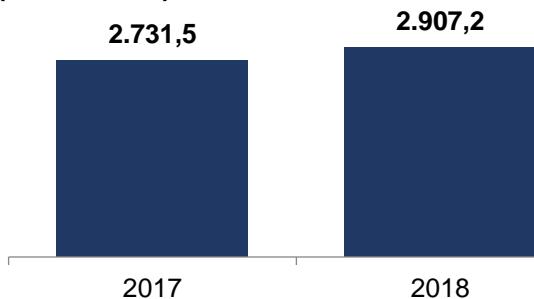
Os valores das parcelas de GAG, de RBO, de Encargos de Uso e de Conexão e de outros encargos vigentes foram reduzidos em 30% a partir de 1º de janeiro de 2017, data em que foi permitida à Companhia a livre comercialização de 30% da garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 1.347 milhões no ano de 2018, representando redução de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Acerca dessa redução, vale destacar:

- **Energia comprada para revenda** – Redução de 19,7%, ou R\$ 79,6 milhões, em decorrência da melhoria do cenário hidrológico em 2018 (melhor GSF – *Generation Scaling Factor*) e na estratégia de sazonálização, bem como algumas compras de energia realizadas com boas oportunidades de preço;
- **Serviço de terceiros** – Elevação de 47,1%, ou R\$ 21,3 milhões, principalmente em virtude da implementação do contrato de compartilhamento de estrutura aprovado pela Aneel;
- **Encargos de uso da rede elétrica** – aumento de R\$ 33,5 milhões, decorrente dos reajustes incidentes sobre estes encargos.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ milhões)



CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ Mil)

	2018	2017	Variação (%)
Energia comprada para revenda	(325.086)	(404.723)	-19,7
Depreciação e amortização	(461.884)	(461.565)	0,1
Encargos de uso da rede elétrica	(391.327)	(357.825)	9,4
Pessoal	(78.062)	(71.095)	9,8
Serviços de terceiros	(66.672)	(45.329)	47,1
Seguros	(9.824)	(10.419)	-5,7
Material	(6.273)	(6.273)	-
Aluguéis	(2.429)	(2.522)	-3,7
Outros	(5.836)	(13.379)	-56,4
	(1.347.393)	(1.373.130)	-1,9

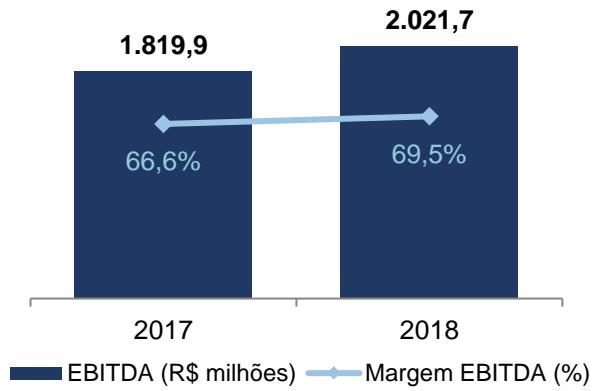
EBITDA

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou crescimento de R\$ 201,7 milhões, ou 11,1%, em comparação ao mesmo período no ano anterior, principalmente pela elevação das receitas líquidas (inflação) e redução nos custos e despesas operacionais mencionada acima (destaque para a redução nas Compras de Energia).

EBITDA e MARGEM (R\$ milhões)



EBITDA (R\$ Mil) E MARGEM EBITDA

	2018	2017	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	556.375	505.387	10,1
Despesas com impostos sobre os lucros	(16.720)	330.228	-105,1
Resultado de participações societárias	(182)	50	-464,0
Resultado financeiro (líquido)	1.020.293	522.708	95,2
Depreciação e amortização	461.884	461.565	0,1
Ebitda	2.021.650	1.819.938	11,1
Margem Ebitda	69,5%	66,6%	2,9 pp

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido apresentado em 2018 foi negativo em R\$ 1.020 milhões, representando um aumento de 95,2% comparativamente ao ano anterior (R\$ 522,7 milhões), impactado principalmente pela variação cambial líquida sobre o Empréstimo com Parte Relacionada (Crescimento na cotação do dólar de R\$ 3,30, em dez/17, para R\$ 3,87, em dez/18).

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ Mil)

	2018	2017	Variação (%)
Receitas	728.187	410.665	77,3
Despesas	(1.748.480)	(933.373)	87,3
Resultado financeiro líquido	(1.020.293)	(522.708)	95,2

ENDIVIDAMENTO

A dívida líquida – que é composta pelo endividamento, deduzindo os recursos de caixa e equivalentes de caixa – registrou aumento de R\$ 351,1 milhões, ou 6,6%, em comparação ao ano anterior. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Incremento de R\$ 477 milhões na posição dos Empréstimos em razão da 1ª emissão de debêntures ocorrida em 2018;
- Incremento de R\$ 369 milhões na posição dos Empréstimos com Partes Relacionadas em decorrência da elevação na cotação do dólar (R\$ 3,30, em dez/17, para R\$ 3,87, em dez/18);
- - Elevação de R\$ 494 milhões na posição final de Caixa e equivalentes de caixa

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA (R\$ Mil)

	2018	2017	Variação (%)
Empréstimos e debêntures			
Curto prazo	2.632	3.007	-12,5
Longo prazo	3.177.156	2.700.000	17,7
Partes relacionadas			
Curto prazo	214.339	183.449	20,7
Longo prazo	3.390.450	3.059.900	10,8
Caixa e equivalentes de caixa	(1.124.329)	(630.150)	78,4
Dívida líquida	5.660.248	5.313.915	6,5

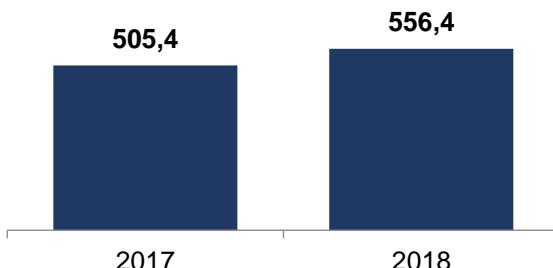
FATORES DE CORREÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (R\$ Mil)

	Remuneração	Vencimento	2018	2017
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% a.a. + USD	21/09/2020	3.604.789	3.241.058
Tokyo – Mitsubishi	13,16% a.a.	28/06/2023	2.702.962	2.703.007
Debêntures	CDI +1,05% a.a.	12/07/2023	239.106	-
Debêntures	IPCA + 6,1546%	16/06/2025	237.720	-
			6.784.577	5.944.065

LUCRO LÍQUIDO

Em razão dos itens detalhados anteriormente, a Companhia registrou no ano de 2018, um lucro líquido de R\$ 556,4 milhões, representando um relevante incremento de R\$ 51,0 milhões ou 10,1% em comparação ao registrado no ano de 2017.

LUCRO LÍQUIDO (R\$ milhões)



RATINGS

A Rio Paraná foi reconhecida com rating de grau de investimento pela agência de risco Moody's, com Aaa.br na escala nacional. Na escala global a nota foi e Ba1. Os ratings ficaram idênticos aos atribuídos em 2017, mas evoluíram para a perspectiva estável e foram mantidos mesmo com o rebaixamento das notas atribuídas ao Brasil em 2018 (rating soberano).

Os ratings refletem os fluxos de caixa estáveis e previsíveis da companhia, derivados dos contratos de concessão de longo prazo e o fato de o acionista controlador, a CTG, ser garantidor de dívidas das empresas.

RATING DE CRÉDITO CORPORATIVO

Agência	Escala	Rating	Perspectiva	Data
Moody's	Global	Ba1	Estável	15/8/2018
Moody's	Nacional	Aaa.br	Estável	15/8/2018

INVESTIMENTOS

Foram investidos R\$ 245,1 milhões em 2018, com os valores concentrados no projeto de modernização das duas usinas hidrelétricas. Orçado em R\$ 3 bilhões com execução em dez anos, tem o objetivo de melhorar a eficiência, confiabilidade e disponibilidade das hidrelétricas que já operam há cerca de 50 anos. Todas as 34 unidades geradoras serão substituídas, bem como os transformadores e os vertedouros de água dos reservatórios, colocando os ativos em linha com as melhores tecnologias do Século 21.

A primeira etapa, com a substituição de duas turbinas – uma em cada usina – inicialmente prevista para ser concluída no segundo semestre de 2018, estendeu-se até o primeiro trimestre de 2019, pois o processo de reforma indicou que estavam em condições mais desfavoráveis do que o inicialmente projetado. A partir de 2019, a cada ano serão reformadas simultaneamente duas turbinas em cada UHE, seguindo cronograma aprovado pela Aneel.

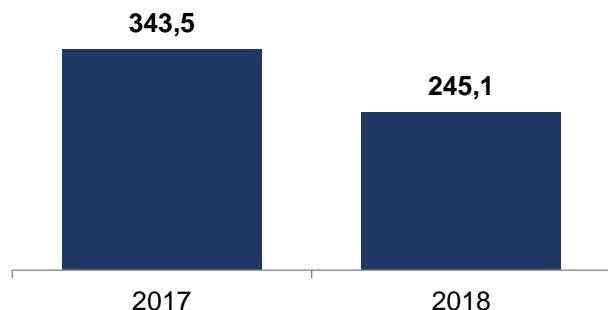
Desde o início do processo de modernização, todo o trabalho é acompanhado diariamente por uma equipe de 15 a 20 engenheiros brasileiros (das áreas de

Engenharia Capex e de Operação e Manutenção) com o apoio de 10 especialistas chineses que trazem a experiência de coordenar construções e reformas de grandes usinas na China. Todos atuam lado a lado, trocando experiências e aprimorando procedimentos. Esse intercâmbio de melhores práticas aumenta a integração entre os times, uma vez que a CTG na China é conhecida pela capacidade de desenvolver e construir grandes projetos hidrelétricos e, aqui no Brasil, o momento é de modernização de um parque construído há mais de 40 anos.

INVESTIMENTOS

	2017	2018	$\Delta\%$
	R\$ mil	R\$ mil	
Expansão	-	-	-
Modernização	342.197	222.933	-34,9
Manutenção	526	21.611	4.008,6
Operação	-	-	-
Outros	791	521	-34,1
Total	343.514	245.065	-28,7

INVESTIMENTOS (R\$ milhões)



GESTÃO DOS NEGÓCIOS

Os negócios são conduzidos por uma estrutura de governança integrada por Conselho de Administração e Diretoria, sendo que ambas as instâncias têm mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. O Conselho é responsável, entre outras atribuições, por estabelecer o direcionamento estratégico, fixar políticas, proteger o patrimônio da empresa, definir a política de dividendos e orientar a Diretoria para maximizar o valor do negócio. Os seis conselheiros – um presidente e cinco conselheiros sem designação específica – são eleitos pela Assembleia Geral.

A Diretoria é composta por três membros, todos sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração.

Mediante solicitação do acionista, pode ser instalado o Conselho Fiscal, que será composto por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato

até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos. Não houve instalação de Conselho Fiscal em 2018.

No ano, foram elaboradas e aprovadas cerca de 90 políticas que definem diretrizes para diversas áreas, refletindo as especificidades das operações com base na cultura da Companhia.

GESTÃO DE RISCOS

Um Comitê de Riscos e Compliance foi instituído no âmbito corporativo em 2018 para reforçar a identificação e o monitoramento dos riscos que podem afetar negativamente os negócios e deliberar sobre todas as questões que expõem a Companhia. A gestão dos riscos é realizada com base nas melhores práticas internacionais (ISO 31000 e Coso) e as áreas acompanham e adotam medidas de mitigação para os fatores sob sua responsabilidade. Há planejamento e diagnóstico plurianual com revisão anual da programação de manutenção e dos investimentos na usina.

O Plano de Segurança de Barragens (PSB), totalmente em conformidade com a legislação brasileira, está fundamentado em um amplo sistema de monitoramento, controle e manutenção preventiva dessas estruturas. Há também um Plano de Ação de Emergência (PAE) para uma eventual ruptura da barragem, evento com baixíssima probabilidade de ocorrência. A gestão de riscos operacionais inclui o Plano de Resposta a Emergências (PRE), que aborda acidentes em equipamentos, e o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm), que se ocupa principalmente do controle de cheias.

Essas iniciativas para a gestão de riscos operacionais estão sendo consolidadas pela Controladora CTG Brasil na forma de um Plano de Gestão de Crise.

Já o risco hidrológico é sistêmico, atinge todas as empresas que possuem usinas hidrelétricas e associado à escassez ou elevada vazão de água destinada à geração de energia. Para atenuar esse risco, existe o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha entre as regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN) os riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadas pelo ONS. A Companhia adota uma estratégia de proteção (hedge) para reduzir e mitigar o impacto financeiro decorrente desse risco, além de acompanhar e participar de discussões e decisões regulatórias referentes a esse tema.

ÉTICA E INTEGRIDADE

As principais iniciativas em 2018 para ampliar o alinhamento da Companhia em torno de um de seus valores, a integridade, incluíram o reforço do Código de Ética e de Conduta nos Negócios, publicado no ano anterior, com treinamentos presenciais e online, a realização de uma Semana de Compliance e a avaliação do Programa de Compliance por uma consultoria independente.

A Semana de Compliance, realizada em dezembro, foi dedicada à reflexão sobre dilemas enfrentados no dia a dia, tanto na vida pessoal como profissional. Esses dilemas

foram abordados em e-mails marketing e em um jogo de cartas distribuído aos colaboradores.

A CTG Brasil, controladora da Rio Paraná, mantém um Canal de Denúncias para que colaboradores e público externo reportem situações de não conformidade envolvendo suas operações. O serviço funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, em português e inglês, tanto por telefone (0800 601 6888) como via internet (<https://contatoseguro.com.br/ctgbr>). A Companhia garante o anonimato, a não retaliação e a confidencialidade de todo o processo.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Rio Paraná Energia segue o referencial estratégico da controladora CTG Brasil:

Missão: Prover energia limpa para as pessoas por meio de projetos em harmonia com o planeta.

Visão: Tornar-se referência em geração de energia limpa no Brasil.

Princípios e Valores:

Segurança – Somos pessoalmente comprometidos, em todos os níveis, a trabalhar e viver com segurança, encorajando outros a fazerem o mesmo.

Respeito – Por tudo e por todos. Pela sociedade, funcionários, parceiros e, sempre, muito respeito às diferenças.

Integridade – Vai muito além das relações internas. Move as ações entre a organização e a sociedade, tendo a honestidade como princípio de todos nós.

Dedicação – Motivação, comprometimento e esforço para atingir os melhores resultados. Acreditamos que as recompensas são fruto de nossa dedicação.

Excelência – Cultivamos uma cultura de alto desempenho, realizando nossos trabalhos com excelência e buscando melhorar sempre.

Simplicidade – Realizamos tarefas com total transparência, de maneira clara e objetiva.

Felicidade – Trabalhar bem, satisfeito e feliz. Ter orgulho em fazer parte da CTG Brasil, de se integrar e colaborar em busca do mesmo propósito.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A implementação de um novo Enterprise Resource Planning (ERP) está em análise pela Companhia, com o objetivo de reunir em um único sistema de gestão empresarial as informações gerenciais, e as análises serão continuadas em 2019. Ao mesmo tempo, foram adotadas ações para simplificar processos, como um portal de compras unificado, a nova intranet da empresa, um sistema customizado para o Jurídico, maior controle nas compras de passagens aéreas e a instalação de salas de videoconferência em todas as unidades.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) receberam investimentos de R\$ 2,0 milhões em 2018, atendendo à obrigação regulatória de aplicar no mínimo 1% da receita operacional líquida nessas iniciativas. Os recursos são aplicados com o objetivo de sustentar iniciativas de inovação e ganhos de eficiência da Companhia. A prioridade é avançar na identificação de necessidades que podem ser atendidas por projetos que se alinhem ao direcionamento estratégico, de forma a cumprir com a visão da CTG Brasil de se tornar referência em geração de energia limpa no Brasil.

Em 2018, foi montado um roadmap tecnológico para orientar esses projetos, alocar recursos para que, de fato, tenham impacto sobre o desempenho da Companhia e as comunidades envolvidas. Entre os destaques dos trabalhos conduzidos no ano estão a segunda fase do projeto de controle genético do mexilhão-dourado, molusco que se tornou umas das mais temidas espécies invasoras nos rios brasileiros com impacto significativo sobre as operações das usinas. Foram relevantes também estudos sobre controle de macrófitas e de novos equipamentos, como regulador pneumático de velocidade e limpador de grade de tomada de água.

GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2018, a Rio Paraná contava com 320 colaboradores próprios, sendo 91,2% homens e 8,8% mulheres, além de 117 terceiros, 1 estagiário e 3 jovens-aprendizes.

Ao longo do ano, a área de Recursos Humanos desenvolveu projetos e ações relacionados a atração e seleção de pessoas, remuneração, educação corporativa, engajamento, treinamento e desenvolvimento dos colaboradores. Com foco em uma cultura de alto desempenho, o processo agregou resultados diferenciados para a Companhia.

Destaques no ano foram os seguintes programas: Leader Coach, que objetiva aperfeiçoar nos líderes as competências de desenvolvimento de pessoas e liderança; Nova Geração, no qual o foco está no desenvolvimento e na preparação de jovens técnicos para atuação nas áreas de Operação e Manutenção, sendo que nesse programa os próprios gestores atuam como tutores, contribuindo para a formação desses novos técnicos; Energy Experts, em que colaboradores especialistas de diversas áreas dividem com os colegas seus conhecimentos sobre o setor elétrico; e CTG Experts, programa que utiliza a experiência de um colaborador para multiplicar seu conhecimento com os colegas, abordando diversos temas e áreas da Companhia.

SEGURANÇA

O tema é um dos principais valores da Companhia e motiva investimentos em programas de melhoria sustentável da cultura de saúde e segurança do trabalho, com iniciativas alinhadas ao objetivo da Controladora CTG Brasil de ser referência em segurança no trabalho. Como parte dos trabalhos realizados em 2018 destacam-se:

- Índice de Segurança Preventiva (ISP) – Ferramenta de inspeção periódica que avalia em campo a aderência a programas, procedimentos e boas práticas;
- Regras de Ouro – Programa de desenvolvimento do comportamento seguro e disciplina operacional das pessoas;
- Ops, Quase! – Para registro de condições e comportamentos inseguros;
- 4Ps (Pare, Pense, Previna e Prossiga) – Para a melhoria da percepção de risco das pessoas no ambiente de trabalho.

A taxa de frequência (TF) de acidentes com afastamentos foi de 2,78 para colaboradores e de 7,79 para contratados de terceiros. A taxa de gravidade (TG) foi, respectivamente, de 45,0 e 68,0. A TF global foi de 6,36 (6,15 em 2017) e a TG, de 62,0 (23,78 no ano anterior).

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Com base na Política e na Estratégia de Sustentabilidade construídas no ano anterior, houve reforço em 2018 a cada um dos seis pilares de Sustentabilidade: Engajamento com a comunidade, Proteção ambiental, Sustentabilidade e Inovação nas Operações, Desenvolvimento e bem-estar dos Colaboradores, Responsabilidade na cadeia de valor e Atuação responsável – este último transversal a todas as operações.

Nesse processo, foram adotadas como referência as normas ISO 26000 e NBR 16000, de responsabilidade social, e ISO 14001, de gestão ambiental, focando na gestão sistemática de riscos e impactos socioambientais e oportunidades de promoção do desenvolvimento sustentável, assegurando a adoção do princípio de precaução para enfrentar eventuais impactos socioambientais de suas operações.

COMUNIDADES

O entendimento de que fortalecer as localidades próximas às operações é essencial para o desempenho dos negócios leva a Rio Paraná a desenvolver iniciativas que garantam relacionamentos duradouros com as populações das comunidades do entorno. Elas se concentram em temas de educação, cultura e incentivo ao esporte. Em 2018, a Companhia destinou R\$ 4,7 milhões a iniciativas a ações nas comunidades, com recursos próprios e de incentivo fiscal – como Lei Rouanet, do Esporte, Fundos Municipais das Crianças e Adolescentes e Fundos Municipais do Idoso. No ano, foram desenvolvidos 26 projetos.

Entre as iniciativas na área de educação, destaca-se o apoio ao Projeto Guri, o maior programa sociocultural de educação musical para crianças e adolescentes do Brasil. A Rio Paraná patrocinou a manutenção de Polos de Música nos municípios de Ilha Solteira e Castilho, ambos no estado de São Paulo. O festival Musicando Talentos, realizado em Três Lagoas (MS), ofereceu aulas gratuitas de música para 150 jovens acima dos 15 anos. Em setembro, os alunos do projeto se apresentaram no Festival de Arte e Cultura de Três Lagoas (MS). Já o apoio à Orquestra Jovem de Ilha Solteira permitiu a aquisição de novos uniformes e instrumentos e a realização de uma série de concertos didáticos em municípios próximos às usinas.

Em esporte, o projeto Correndo pelo Verde promoveu cinco corridas nas cidades de São Paulo (SP), Ilha Solteira (SP), Três Lagoas (MS), Avaré (SP) e Ourinhos (SP), ao longo do ano. E o projeto Brincando na Praça promoveu esportes coletivos, jogos de tabuleiros, danças e brincadeiras de rua.

A Rio Paraná ainda promoveu a reforma do Museu de Energia, instalado em São Paulo, com recursos para a climatização do espaço, produção de vídeos, impressão de documentos e acessibilidade.

Outro foco de atuação foi o voluntariado, que reforça o engajamento dos colaboradores tanto com a empresa como com as comunidades das quais fazem parte. Um dos destaques de 2018 foi o Dia das Boas Ações (DBA), realizado em abril, em cidades do entorno das usinas. Os voluntários se envolveram em tarefas que incluíram revitalização de jardim e plantação de uma horta na Associação Centro de Apoio Familiar de Ilha Solteira, revitalização de parquinho infantil e estrutura para biblioteca do Centro Juvenil Missão Salesiana, em Três Lagoas (MS).

MEIO AMBIENTE

Uso sustentável dos recursos, proteção da biodiversidade, prevenção da poluição e adaptação às mudanças climáticas são prioridades na gestão ambiental da Companhia. O entendimento é que respeitar o meio ambiente é essencial para cumprir com a missão de prover energia limpa.

São mantidos programas vinculados às licenças ambientais e aos processos de compensação e preservação, sendo que o Plano Básico Ambiental (PBA) está em análise pelo Ibama. As iniciativas em execução incluem: repovoamento anual de peixes dos reservatórios; monitoramentos de biodiversidade (flora, fauna e ictiofauna), de qualidade da água dos reservatórios, arqueológico e do assoreamento e processos erosivos das bordas dos reservatórios, entre outras.

Programas de monitoramento de flora, fauna e ictiofauna são adotados para preservar a biodiversidade. Para recompor a ictiofauna, foram soltos 2,1 milhões de alevinos de espécies nativas nos reservatórios das UHEs Ilha Solteira e Jupiá, com o objetivo de formar populações sustentáveis, e que também tenham valor econômico e cultural para as comunidades ribeirinhas.

GESTÃO PATRIMONIAL

A Rio Paraná mantém um trabalho permanente de gestão patrimonial que envolve a identificação e o registro de imóveis que fazem parte da concessão, além do controle sobre a utilização indevida das bordas dos reservatórios das UHEs Ilha Solteira e Jupiá. A empresa é parte em processos envolvendo a proteção das bordas dos reservatórios e de áreas de preservação permanente.

Em 2018, essas atividades envolveram 465 inspeções de margens e nove reuniões, palestras, trabalhos de campo ou intercâmbio de informações com órgãos de fiscalização e licenciamento ambiental. O gerenciamento dos ativos imobiliários tem o apoio do Sistema de Gestão Territorial (SGT).

Espaço Legal – A Campanha Espaço Legal foi a vencedora da Regional São Paulo Prêmio Aberje 2018, reconhecida na categoria Comunicação de Programas Voltados à Sustentabilidade Empresarial. O prêmio é o mais importante reconhecimento de comunicação do país. Obteve também a 5ª colocação no Benchmarking Brasil – Os Legítimos da Sustentabilidade, organizado pelo Instituto Mais, e foi selecionada e apresentada como representante de boas práticas no VIII Seminário Brasileiro de Meio Ambiente e Responsabilidade Social do Setor Elétrico (SMARS), organizado pelo Cigré Brasil. A campanha – mantida nas UHE Ilha Solteira e Jupiá e nas demais usinas da CTG Brasil – é uma iniciativa inédita sobre o uso das margens de reservatórios, não somente sob a visão de atendimento às leis, mas também quanto à importância do comprometimento das comunidades com a conservação ambiental. O trabalho é apoiado pela publicação Guia Espaço Legal, que informa sobre como regularizar os terrenos, seja nos casos de atividades agropecuárias, de áreas de lazer, pequenas intervenções (rampas, plataformas de pesca, etc.), loteamentos ou chácaras.

FORNECEDORES

A seleção dos fornecedores segue princípios estabelecidos na Política de Compras, que leva em consideração aspectos técnicos e comerciais, saúde financeira da empresa que será contratada, além de atender a critérios de *compliance*, com atendimento à legislação vigente.

A Companhia tem como estratégia priorizar o relacionamento com fornecedores localizados próximos das usinas hidrelétricas, como forma de incentivar seu desenvolvimento, estreitar o relacionamento com a comunidade e fortalecer aspectos sociais e econômicos de cada região. Também são mantidos contratos permanentes com empresas de grande porte, detentoras de tecnologia e fornecimento de sobressalentes de última geração. Há um baixo *turnover* de fornecedores, efeito da prioridade em manter relacionamentos sólidos e de médio e longo prazo.

Entre os fornecedores, há pequenas, médias e grandes empresas. Em serviços, são principalmente empreiteiros, prestadores de serviços (manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e máquinas, vigilância, recepção, portaria, transportes de empregados, limpeza, etc.) e consultorias diversas. Em materiais, concentram-se em equipamentos elétricos e mecânicos, materiais elétricos, materiais hidráulicos, ferramentas, combustíveis, informática, higiene, materiais de escritório, óleos, lubrificantes, itens de limpeza, etc.).

Antes do início do serviço, a área responsável pelo acompanhamento orienta o fornecedor em relação às práticas de segurança que evitam eventuais acidentes e impactos negativos que possam ocorrer durante a atividade. O contrato pode ser rescindido caso algum incidente ocorra por negligência ou imperícia do prestador de serviço ou sejam identificadas violações a práticas trabalhistas. Todos os contratos possuem cláusula que exigem do fornecedor a apresentação mensal das guias de recolhimento de encargos sociais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.124.329	630.150
Concessionárias e permissionárias	8	342.961	276.198
Tributos a recuperar	9	11.337	128.601
Dividendos		32	-
Despesas antecipadas		6.278	6.388
Serviços em curso		2.588	550
Outros créditos		210.409	53.092
Total do ativo circulante		1.697.934	1.094.979
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessionárias e permissionárias	8	1.119	-
Despesas antecipadas		2.088	-
Depósitos Judiciais	10	441.504	30
		444.711	30
Investimentos	3	232	82
Imobilizado	12	342.941	153.930
Intangível	13	12.425.768	12.886.763
Total do ativo não circulante		13.213.652	13.040.805
Total do ativo		14.911.586	14.135.784
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	14	82.139	77.828
Partes relacionadas	11	221.464	183.449
Encargos setoriais	15	45.061	26.990
Empréstimos e debêntures	16	2.632	3.007
Salários, provisões e contribuições sociais		17.902	11.881
Juros sobre o capital próprio - JSCP	18.4	723.874	511.700
Dividendos	18.4	56.918	170.753
Tributos a recolher	9	164.787	122.557
Outras obrigações		-	39.697
Total do passivo circulante		1.314.777	1.147.862
Não circulante			
Encargos setoriais	15	13.226	14.868
Empréstimos e debêntures	16	3.177.156	2.700.000
Tributos a recolher	9	143.541	135.662
Partes relacionadas	11	3.390.450	3.059.900
Impostos diferidos	9.1	36.111	219.549
Provisões para riscos	17	7	-
Total do passivo não circulante		6.760.491	6.129.979
Total do passivo		8.075.268	7.277.841
Patrimônio líquido			
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva legal		187.301	208.926
Total do patrimônio líquido		6.836.318	6.857.943
Total do passivo e patrimônio líquido		14.911.586	14.135.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Suprimento de energia elétrica	19.1	3.359.588	3.160.241
Receita		3.359.588	3.160.241
Tributos			
Pis-Pasep		(55.528)	(52.261)
Cofins		(255.766)	(240.717)
		(311.294)	(292.978)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(29.015)	(27.315)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(104.648)	(99.663)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(7.472)	(8.782)
		(141.135)	(135.760)
Receita operacional líquida		2.907.159	2.731.503
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia comprada para revenda	19.2	(325.086)	(404.723)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	19.3	(391.327)	(357.825)
		(716.413)	(762.548)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.190.746	1.968.955
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	20		
Pessoal	21	(78.062)	(71.095)
Material		(6.273)	(6.273)
Serviços de terceiros		(66.672)	(45.329)
Depreciação e amortização		(461.884)	(461.565)
Seguros		(9.824)	(10.419)
Alugueis		(2.429)	(2.522)
Outros		(5.836)	(13.379)
		(630.980)	(610.582)
Resultado da atividade		1.559.766	1.358.373
Equivalência patrimonial		182	(50)
Resultado financeiro	22		
Receitas		728.187	410.665
Despesas		(1.748.480)	(933.373)
		(1.020.293)	(522.708)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		539.655	835.615
Despesas com impostos sobre os lucros	23	16.720	(330.228)
Lucro líquido do exercício		556.375	505.387
Atribuível a			
Acionistas controladores		370.935	336.942
Acionistas não controladores		185.440	168.445
		556.375	505.387
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Acionistas controladores		4.676.217	4.676.217
Acionistas não controladores		2.338.109	2.338.109
		7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	24		
Acionistas controladores		0,07932	0,07205
Acionistas não controladores		0,07932	0,07205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	556.375	505.387
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	556.375	505.387
Atribuível a		
Acionistas controladores	370.935	336.942
Acionistas não controladores	185.440	168.445
	556.375	505.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
Em 31 de dezembro de 2017	6.649.017	-	208.926	-	6.857.943
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	556.375	556.375
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	556.375	556.375
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(578.000)	(578.000)
Transferência entre reservas	-	-	(21.625)	21.625	-
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	(21.625)	(556.375)	(578.000)
Em 31 de dezembro de 2018	6.649.017	-	187.301	-	6.836.318

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
Em 31 de dezembro de 2016	6.649.017	518.500	167.791	-	7.335.308
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	505.387	505.387
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	505.387	505.387
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(170.752)	(170.752)
Dividendos intermediários conforme AGE de 15/12/2017	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendos adicionais conforme AGE de 03/04/2017	-	(180.000)	-	-	(180.000)
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	(602.000)	-	-	(602.000)
Transferência entre reservas	-	263.500	41.135	(304.635)	-
Total das contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(518.500)	41.135	(505.387)	(982.752)
Em 31 de dezembro de 2017	6.649.017	-	208.926	-	6.857.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	539.655	835.615
Ajustes em:		
Depreciação e amortização	461.884	461.565
Apropriação de juros sobre empréstimos	379.709	365.867
Equivalência patrimonial	(182)	(50)
Juros sobre partes relacionadas	175.633	139.462
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	546.258	48.116
Provisão, líquida, para riscos trabalhistas	7	-
Variação nos ativos:		
Concessionárias e permissionárias	(67.882)	10.046
Tributos a recuperar	117.264	(128.601)
Despesas antecipadas	(1.978)	(1.201)
Serviços em curso	(2.038)	(550)
Outras variações ativas	(441.474)	(50.283)
Variação nos passivos		
Fornecedores	4.311	26.301
Encargos setoriais	16.429	(1.482)
Partes relacionadas	4.834	2.291
Salários, provisões e contribuições sociais	6.021	5.973
Tributos a recolher	(90.076)	125.384
Outras variações passivas	(197.014)	38.713
Caixa gerado pelas operações	1.451.361	1.877.166
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(378.608)	(364.865)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	-	(1.187.953)
Juros pagos sobre partes relacionadas	(170.791)	(124.092)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(113.234)	(363.707)
Caixa líquido gerado / (aplicado) pelas atividades operacionais	788.728	(163.451)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no ativo imobilizado e intangível	(189.901)	(148.324)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(189.901)	(148.324)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e debêntures	(4.318)	-
Juros sobre capital próprio	(279.126)	-
Dividendos pagos	(113.835)	-
Captação de debêntures	480.000	-
Principal sobre partes relacionadas pago	(187.369)	(81.916)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(104.648)	(81.916)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	494.179	(393.691)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	630.150	1.023.841
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.124.329	630.150
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	494.179	(393.691)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e UHE Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME (Ministério de Minas e Energia), com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016.

O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupiá e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

Contrato de concessão MME	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Inicio da concessão	Vencimento da concessão
01/2016	Jupiá	UHE -Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	1.551,2	886,0	05/01/2016	01/07/2046
01/2016	Ilha Solteira	UHE -Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	3.444	1.731,5	05/01/2016	01/07/2046

O valor da Bonificação pela Outorga – BO, do lote E foi de R\$ 13.803.752 com pagamento em duas parcelas, sendo a primeira à vista no ato da assinatura do contrato de concessão, equivalente a 65% (sessenta e cinco) no valor de R\$ 8.972.439 e a segunda parcela correspondente a 35% (trinta e cinco) no valor de R\$ 4.831.313 atualizados a taxa Selic, em até 180 (cento e oitenta) dias contados após a data da assinatura do contrato de concessão.

Conforme mencionado na nota 3, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Elusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá e serviços relacionados.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual com vencimento em julho, cujo reajuste em 2018 foi de 3,7%.

1.2. Marco legal do setor elétrico

O MME lançou Consultas Públicas (CP) que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro.

A primeira delas, CP MME nº 032, trata dos “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro”, cujo relatório versa sobre a base conceitual do Ministério na elaboração de medidas

de aprimoramento para o arcabouço legal, institucional e regulatório do setor que nortearão essa discussão.

A segunda, CP MME nº 033, coloca em consulta as propostas de caráter técnico paro meio de documento consolidado e detalhado intitulado “Medidas Legais que Viabilizem o Futuro do Setor Elétrico com Sustentabilidade a Longo Prazo”.

O texto prevê propostas para temas já em discussão no setor, como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, utilização de preço horário, administração da sobrecontratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A terceira, CP MME nº 42, apresenta as “Questões Relativas à Implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo”, através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária. No relatório que permeia a referida consulta, autoridades do setor elétrico reconhecem que é almejado um mercado de energia com regras transparentes e previsíveis, onde o sinal econômico é vetor para a eficiência do mercado, de forma que a abordagem atualmente utilizada de formação de preço por meio de modelos computacionais tenha maior aderência à realidade operativa e seja eficiente na alocação de custos e riscos.

O Ministério declarou que essas iniciativas fazem parte da promoção da transparência e do diálogo que pautam a atuação da pasta.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

1.3. Despacho Aneel nº 1.146/2018 (FID II)

De acordo com o Despacho Aneel nº. 1.146/2018 – Valores Escriturados do Fator de Disponibilidade – FID II, um dos agentes ligados à CCEE propôs acordo para a quitação de seu débito no montante de R\$ 724.808, aos agentes do MCP.

A CCEE decidiu acatar parcialmente a proposta de parcelamento dos débitos desse agente junto aos participantes do MRE, fixando, entre os condicionantes, a apresentação do protocolo de desistência da ação judicial nº. 0033266-70.2015.4.01.3400 e correlatas até 03 de agosto de 2018.

Através da Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel) em julho de 2018 algumas das empresas credoras dos valores em questão apresentaram impugnação contra à decisão da CCEE, visando à complementação desta condicionante a fim de incluir a obrigação do agente requerer a desistência de mais uma ação judicial, que também trata do FID II. Tal impugnação foi indeferida pela CCEE e neste momento encontra-se sob análise da Aneel.

Diante da sua incapacidade financeira de liquidação em única parcela, o valor será liquidado em até 36 parcelas de acordo com a participação de cada credor no montante devido pelo agente.

De acordo com as apurações, o efeito positivo para a Companhia decorrente desse assunto em seu resultado consolidado foi de R\$ 2.230.O saldo no contas a receber é R\$ 764 no ativo circulante e R\$ 1.120 no ativo não circulante, líquido da amortização das parcelas já recebidas no montante R\$ 346.

1.4. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2019.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão sendo explicadas na nota nº29, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas considerando o custo histórico como base, como determinados instrumentos financeiros ajustados a valor de mercado (valor justo).

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais, estão divulgadas na nota 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valores.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros

2.4.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis na qual é definido da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda ou redução ao valor recuperável.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Para mais detalhes dos ativos financeiros da Companhia e suas classificações, vide nota 25.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

2.4.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.4.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.1.4. *Impairment* de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se o *impairment* não tivesse sido reconhecido.

2.4.2. Passivos financeiros

2.4.2.1. Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado: Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado
- ii. Outros passivos financeiros: são mensurados pelo valor justo de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar suas despesas de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.4.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, debêntures, partes relacionadas e encargos setoriais.

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e debêntures estão sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.5. Contas a receber de Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da

taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“ECLD”) - *Impairment*

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra ECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

2.7. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

2.8. Imobilizado

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisadas no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos do imobilizado são baixados em reformas, substituições, venda, perda e alienação dos bens. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício.

2.9. Ativos intangíveis

2.9.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9.2. Bônus de outorga

Constituída com base no valor pago pela Companhia, nos termos da lei 12.783/2013, originado pelo edital de leilão nº 12/2015 (E-1 e E-2), e está sendo amortizado mensalmente pelo prazo da outorga (Despachos ANEEL nº 245/2016 e nº 3.371/2016).

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.12. Empréstimos, debêntures e partes relacionadas

Os empréstimos, debêntures e partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, com provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

2.15. Benefícios a empregados

2.15.1. Participação nos lucros

O Programa de participações no resultado - PPR é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a aposentadoria ou planos e opções em ações (*stock option*).

2.16. Reconhecimento da receita

2.16.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

2.16.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas

O valor da receita anual de geração (RAG) está previsto no contrato de concessão e é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeito ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

2.16.3. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre

a quantidade contratada de energia para o comprador.

2.16.4. Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio são definidos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

3. DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A. (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2018, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providenciará e disponibilizará demonstrações financeiras consolidadas do grupo no Brasil.

Segue abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2018	2017
Ativo	525	86
Passivo	293	5
Patrimônio Líquido	232	81

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia elabora estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

4.1.1. Contingências

Em função do contrato de concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”).

As ações discutem as demolições de construções irregulares em área de APP e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

4.1.2. Impostos de renda e contribuição social diferidos

A Contabilização dos ativos e passivos diferidos do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos sobre as provisões de grandes reparos são atualizados mensalmente considerando a amortização realizada e suas respectivas atualizações periódicas. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

4.2. Novos pronunciamentos CPC

4.2.1. CPC 47/IFRS 15

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que os processos existentes contemplam os requisitos que devem ser percorridos para a implementação das novas normas, logo não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 47.

Requisitos	Procedimento anterior	Adequação necessária
i. Aprovação de contrato entre as partes;	Formalização da negociação através de contrato onde partes são devidamente identificadas e, esses contratos, são assinados por responsáveis/representantes das empresas.	Nenhuma
ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial;	Os contratos têm uma minuta padrão que é alinhada à negociação firmada entre as partes, descrevendo detalhadamente as obrigações assumidas. Além das obrigações previstas nos contratos comerciais, pela natureza de prestação de serviço há uma obrigação de disponibilidade prevista no contrato de Concessão a Companhia já trabalhar com uma margem de risco, está em andamento o projeto de modernização para garantir ainda mais a disponibilidade do seu parque gerador.	Nenhuma
iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para o contrato firmado;	No contrato é informado o valor por MWm, e a forma de pagamento que deve ser atendida para quitação das faturas emitidas.	Nenhuma
iv. Quando for provável a entrada de recursos à medida que a obrigação é cumprida.	Um dos itens detalhados em contrato é a data de pagamento, já é prevista a data de faturamento, diante do suprimento já feito ao cliente.	Nenhuma

4.2.2. CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante das novas classificações/mensurações, abrangendo todos os ativos e passivos financeiros, não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9

Ativo financeiro e Passivos financeiros	Rio Paraná Energia S.A.	Teste SPPI	Efeito de <i>impairment</i>	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Sim	As entidades possuem operações somente com instituições de primeira linha com baixo risco de crédito, por isso, não avaliou perda esperada material.	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado	Sim	As geradoras vendem em ACR a um conjunto de distribuidoras e em mercado de curto prazo, a preço de liquidação das diferenças. Normalmente têm um prazo médio de recebimento de aproximadamente 45 dias. Foi também apurado que existem garantias prestadas pelas distribuidoras, apesar de por vezes serem insuficientes para cobrir a totalidade da exposição ao risco de não cumprimento. A determinação do modelo de perdas esperadas nas empresas de geração não foi relevante, considerando os seguintes pontos: (i) funcionamento das garantias prestadas pelas distribuidoras/clientes e nível de cobertura de risco das mesmas; (ii) possibilidade de justificar que as garantias dadas pelo setor/SIN cobrem a totalidade do risco de não cumprimento pelas distribuidoras, o que, complementado pelo fato de não existir qualquer histórico de inadimplência, justificaria como adequada uma análise de risco zero ou próximo de zero (posição atual do setor).	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Encargos setoriais	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

Orientação do órgão regulador – Em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2018, com representantes da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF) da ANEEL tomou conhecimento das inovações contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48) e IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente (CPC47), com vigência a partir de janeiro de 2018. A partir da percepção preliminar das características dessas normas contábeis a SFF entende prudente não as recepcionar para fins regulatórios até que seja feita

análise mais aprofundada, de forma a melhor compreender os reais impactos no âmbito regulatório.

Dessa forma, a Companhia elaborou as demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas vigentes no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico-MCSE.

4.2.3. Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

4.2.4. CPC 06/IFRS 16

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e não é aplicável às Demonstrações financeiras que tem aplicação do IFRIC 12, caso da Companhia.

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que a aplicação de referida norma, não trará impactos relevantes nas demonstrações financeiras de 2019, visto que os contratos de arrendamento vigentes tem valores imateriais no contexto operacional do negócio e no conjunto das demonstrações financeiras.

5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

5.1. Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

5.1.1. Risco de mercado

5.1.1.1 Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas, que são despachadas conforme comandos dados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Os impactos que podem ser causados pela situação hidrológica incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o Ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

5.1.1.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa para a Companhia.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

5.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo o risco é o aumento da obrigação com a com a instituição cedente e redução do lucro líquido.

5.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (empréstimo e debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Tokyo	-	13,16% a.a.	89.851	2.789.851	-	-	2.879.702
Debêntures	1	CDI +1,05% a.a.	-	-	40.036	282.117	322.153
Debêntures	1	IPCA + 6,1546% a.a.	-	-	31.223	385.021	416.244
			89.851	2.789.851	71.259	667.138	3.618.099

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

5.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com elevado nível de *rating* disponível no mercado.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação (vide nota explicativa nº 19.1).

5.1.5. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa 16).

5.1.6. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2018 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	2018	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável I	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Ativo financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	1.124.329	(39.408)	(19.704)	78.815	19.704	39.408
Passivos financeiros							
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	Dolar	(3.604.789)	1.837.188	953.388	(69.588)	(953.388)	(1.837.188)
Debêntures	CDI	(239.106)	8.381	4.190	(16.761)	(4.190)	(8.381)
Debêntures	IPCA	(237.720)	4.766	2.383	(9.533)	(2.383)	(4.766)
		(4.081.615)	1.850.335	959.961	(95.882)	(959.961)	(1.850.335)
Total da exposição líquida		(2.957.286)	1.810.927	940.257	(17.067)	(940.257)	(1.810.927)
Variação dos índices							
		Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável I	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%	
Dolar		1,90	2,85	3,80	4,75	5,70	
IPCA		2,01%	3,01%	4,01%	5,01%	6,02%	
CDI		3,51%	5,26%	7,01%	8,76%	10,52%	

5.2. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para assim oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2018	2017
Empréstimos e debêntures	16.3	3.179.788	2.703.007
Partes relacionadas	11.3.1	3.604.789	3.241.058
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7	(1.124.329)	(630.150)
Dívida líquida		5.660.248	5.313.915
Patrimônio líquido	18	6.836.318	6.857.943
Total do capital		12.496.566	12.171.858
Índice de alavancagem financeira - (%)*		45,3	43,7

* Dívida líquida / total do capital

5.3. Outros riscos

5.3.1. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

5.3.2. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar

sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.

5.4. Estimativa ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e sua Controlada é o preço de concorrência atual.

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

6.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas do crédito conforme quadro abaixo:

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		2018	2017
Standard & Poor's	Moody's		
B	BR-1	836.264	618.157
N/A	BR-1	288.059	478
N/A	N/A	-	11.513
*	*	6	2
		1.124.329	630.150

* O saldo de R\$ 6 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco

6.2. Concessionárias e permissionárias

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante da políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como:

1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 – Regular e 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2018, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	RPESA	
	Circulante	
	%	R\$
1 - Excelente	14,6	9.513
2 - Bom	81,1	52.896
3 - Satisfatório	4,0	2.578
4 - Regular	0,4	255
5 - Crítico	-	-
	100,0	65.242

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores sofrerem impactos considerados temporais, além de os agentes envolvidos serem passivos de possíveis desligamento do sistema, com isso o risco de ECLD é praticamente nulo. Em função disso a administração entende que não cabe classificação interna para essa modalidade de comercialização.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixas e bancos	60	119
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	1.124.269	630.031
	1.124.329	630.150

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

O aumento do saldo de 2018 decorre da captação de debêntures (vide nota explicativa nº 16).

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Vencidos		A vencer		Saldo líquido em	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Até 90 dias	Acima de 365	2018	2017
Contratos - ACR	8.704	3.243	212.903	-	224.850	202.934
Contratos bilaterais - ACL	-	-	65.242	-	65.242	66.929
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	-	-	52.869	1.119	53.988	6.335
	8.704	3.243	331.014	1.119	344.080	276.198

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

O aumento do saldo de contas a receber referente a energia de curto prazo (MRE/MCP) se deve a judicialização no setor.

Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“ECLD”)

As faturas emitidas pela Companhia referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2018, não houve estimativas para créditos de liquidação duvidosa.

A estimativa de crédito de liquidação duvidosa é avaliada conforme descrito na nota explicativa nº 2.7.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	10.226	-	128.449	-
PIS e COFINS	100	-	149	-
Outros	1.011	-	3	-
	11.337	-	128.601	-
Passivo				
IRPJ e CSLL	54.159	-	-	-
PIS e COFINS	21.223	143.541	16.860	135.662
Parcelamento	-	-	6.613	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	86.700	-	90.300	-
Outros	2.705	-	8.784	-
	164.787	143.541	122.557	135.662

9.1. Impostos diferidos

	2018		Total	2017		Total
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL	
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Participação nos lucros e resultados (i)	2.262	814	3.076	1.026	370	1.396
Provisões (i)	701	253	954	48	17	65
Passivo de imposto diferido						
Variação cambial (ii)	(23.102)	(8.317)	(31.419)	(162.507)	(58.503)	(221.010)
Juros sobre depósito vinculado	(6.414)	(2.308)	(8.722)	-	-	-
Imposto diferido líquido	(26.553)	(9.558)	(36.111)	(161.433)	(58.116)	(219.549)

- (i) Prazo de realização estimado no exercício subsequente (03/2019);
- (ii) Prazo de realização de acordo com o pagamento do empréstimo (09/2020) que prevê amortizações semestrais;

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2019	2020	2021	a partir de 2022	Total
Diferido Total	10.706	(87)	13.506	11.986	36.111

10. DEPÓSITO JUDICIAL

10.1. Composição do depósito judicial

	2018	2017
Tributárias	441.504	30
	441.504	30

10.2. Movimentação do depósito judicial

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30
Novos depósitos (i)	415.818
Atualização	25.656
Saldo em 31 de dezembro de 2018	441.504

- (i) Mandato de segurança com pedido de liminar mediante depósito judicial de R\$ 415.818 em 30 de janeiro de 2018 (vide nota explicativa 17.2).

11. PARTES RELACIONADAS

11.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2018	2017
Salários e benefícios de curto prazo	3.098	2.829
Benefícios pós emprego	142	134
	3.240	2.963

11.2. Transações e saldos

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

2018	Contas a pagar			Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Resultado
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total			
Coligadas						
Rio Canoas Energia S.A.	4.117	-	(43.366)	-	-	(43.366)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	214.339	3.390.450	-	-	-	-
	218.456	3.390.450		(43.366)	-	(43.366)
Controladora						
China Three Gorges Brasil Ltda	3.008	-	-	(33.938)	(33.938)	
	3.008	-		(33.938)	(33.938)	
Total	221.464	3.390.450		(43.366)	(33.938)	(77.304)
2017	Contas a pagar			Resultado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Total
Coligadas						
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	(12.952)	-	-	(12.952)
CTG Brasil Negócios de Energia S.A	-	-	(15.920)	-	-	(15.920)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	181.158	3.059.900	-	-	-	-
	181.158	3.059.900		(28.872)	-	(28.872)
Controladora						
China Three Gorges Brasil Ltda	2.291	-	-	(13.005)	(13.005)	
	2.291	-		(13.005)	(13.005)	
Total	183.449	3.059.900		(28.872)	(13.005)	(41.877)

As operações de compra e venda de energia elétrica seguem cláusulas definidas em contratos, cujas premissas são as mesmas praticadas em mercado.

Foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel n.º 2.018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficientes e econômica aos interesses das partes.

11.3. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão onde a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir a China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% para 2016 e de 4,29% a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2018 em dólar foi de R\$3,8748, conforme Banco Central do Brasil

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme Despacho ANEEL nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. O prazo de vencimento será em 21 de setembro de 2020.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

11.3.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2017		3.241.058
Pagamento de principal		(187.369)
Pagamento de juros		(170.791)
Apropriação de juros		175.633
Variação cambial líquida		546.258
Saldo em 31 de dezembro de 2018		3.604.789

12. IMOBILIZADO

12.1. Composição

	Taxa média anual de depreciação	2018			2017	
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço						
Geração						
Terrenos		29.262	(29.262)	-	-	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0,0%	717.969	(715.907)	2.062	-	
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,4%	437.396	(435.966)	1.430	1.483	
Máquinas e Equipamentos	4,9%	573.629	(568.247)	5.382	2.012	
Veículos	12,4%	2.801	(677)	2.124	1.951	
Móveis e Utensílios	23,3%	725	(383)	342	511	
Subtotal		1.761.782	(1.750.442)	11.340	5.957	
Administração						
Máquinas e equipamentos	5,9%	744	(65)	679	98	
Total Ativo Imobilizado em serviço		1.762.526	(1.750.507)	12.019	6.055	
Em Curso						
Geração						
Outros		330.922	-	330.922	147.875	
Subtotal		2.093.448	(1.750.507)	342.941	153.930	

12.2. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor Bruto em 2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 2018	Adições líquidas (A)+(B)-(C)	Depreciação acumulada	Depreciação acumulada início concessão	Valor líquido em 2018	Valor líquido em 2017
Ativo imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos	29.262	-	-	-	29.262	-	-	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	715.896	-	-	2.073	717.969	2.073	(11)	(715.896)	2.062	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	437.396	-	-	3.635	441.031	3.635	(124)	(435.842)	5.065	1.483
Máquinas e Equipamentos	569.994	-	-	521	570.515	521	(541)	(567.706)	2.268	2.012
Veículos	2.280	-	-	-	2.280	-	(677)	-	1.603	1.951
Móveis e Utensílios	725	-	-	-	725	-	(184)	(199)	342	511
Subtotal	1.755.553	-	-	6.229	1.761.782	6.229	(1.537)	(1.748.905)	11.340	5.957
Administração										
Máquinas e Equipamentos	119	-	-	625	744	625	(65)	-	679	98
Subtotal (AIS)	1.755.672	-	-	6.854	1.762.526	6.854	(1.602)	(1.748.905)	12.019	6.055
Ativo imobilizado em curso										
Geração										
Outros	147.875	189.901	-	(6.854)	330.922	183.047	-	-	330.922	147.875
	147.875	189.901	-	(6.854)	330.922	183.047	-	-	330.922	147.875
Subtotal (AIC)	147.875	189.901	-	(6.854)	330.922	183.047	-	-	330.922	147.875
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)	1.903.547	189.901	-	-	2.093.448	189.901	(1.602)	(1.748.905)	342.941	153.930

12.3. Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado

Adições ao Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
Em curso					
Outros	172.087	11.993	5.821	-	189.901
	172.087	11.993	5.821	-	189.901

12.4. Principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	Grade de proteção tomada d'água	2.073
2	Painel do sistema integrado de regulação de tensão e velocidade reivax (rtvx-18)	1.567
3	Painel ponte de tiristores 1 reivax - 2 Colunas	1.254
4	Sistema de informatica e administração	625
5	Trocador de Calor Tubo Simples (Qtde 12)	501
6	Barco casco em aço tipo rebocador	301
7	Painel CC - contator de campo CC - corrente continua - Reivax	313
8	Veículo -Administração	220

12.5. Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração	
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento de tomada dágua	3,70%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Edificação	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

12.6. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL). Todavia, a Resolução Normativa nº 691 da ANEEL de 8 de dezembro de 2015, publicado no DOU em 15/12/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13. INTANGÍVEL

13.1. Composição do intangível

	Taxa média anual de amortização	2018			2017
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativo Intangível em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	3,3%	13.803.752	(1.380.375)	12.423.377	12.883.501
Softwares	20,1%	936	(365)	571	759
		13.804.688	(1.380.740)	12.423.948	12.884.260
Administração					
Softwares	20,0%	3.416	(1.596)	1.820	2.503
		3.416	(1.596)	1.820	2.503
Total do ativo intangível em serviço		13.808.104	(1.382.336)	12.425.768	12.886.763
Ativo intangível em curso					
Total do Ativo intangível		13.808.104	(1.382.336)	12.425.768	12.886.763

13.2. Movimentação do intangível

	Valor Bruto em 2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 2018	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 2018	Valor líquido em 2017
Ativo intangível em serviço									
Geração									
Bônus de Outorga	13.803.752	-	-	-	13.803.752	-	(1.380.375)	12.423.377	12.883.501
Softwares	936	-	-	-	936	-	(365)	571	759
	13.804.688	-	-	-	13.804.688	-	(1.380.740)	12.423.948	12.884.260
Administração									
Softwares	3.416	-	-	-	3.416	-	(1.596)	1.820	2.503
	3.416	-	-	-	3.416	-	(1.596)	1.820	2.503
Total do ativo intangível em serviço	13.808.104	-	-	-	13.808.104	-	(1.382.336)	12.425.768	12.886.763
Ativo intangível em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo intangível	13.808.104	-	-	-	13.808.104	-	(1.382.336)	12.425.768	12.886.763

14. FORNECEDORES

		2018	2017
Materiais e serviços contratados		24.792	6.617
Tarifa de Uso de Sistema de Transmissão - TUST		44.573	44.015
Suprimento de energia elétrica		12.774	27.196
		82.139	77.828

15. ENCARGOS SETORIAIS

Conforme Contrato de Concessão firmado pela Companhia e pelo Poder Concedente (Aneel), a Companhia tem o dever de atender as obrigações regulatórias, relacionadas à pela utilização do direito de exploração das usinas hidrelétricas.

Essas obrigações estão relacionadas pela utilização do direito de exploração das usinas hidrelétricas.

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compensação financeira de recursos hídricos - CFURH	18.952	-	15.766	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	25.474	13.226	10.613	14.868
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	635	-	611	-
	45.061	13.226	26.990	14.868

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, , devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da ANEEL.

Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da ANEEL.

15.1. Composição e vencimento do P&D

	2018			2017
	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Total	
FNDCT	2.218	-	2.218	2.203
MME	1.109	-	1.109	1.102
P&D	-	35.373	35.373	22.176
	3.327	35.373	38.700	25.481

15.2. Movimentação do P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.203	1.102	22.176	25.481
Constituições	11.607	5.803	11.432	28.842
Juros Selic	-	-	1.765	1.765
Recolhimentos	(11.592)	(5.796)	-	(17.388)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.218	1.109	35.373	38.700
Circulante	2.218	1.109	22.147	25.474
Não circulante	-	-	13.226	13.226

16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

16.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi ("Banco"), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), classificado no momento inicial no longo prazo, com vencimento único previsto para junho de 2019 e com pagamentos de juros trimestrais a partir de setembro de 2016 de 13,365% a.a.

Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passou de 13,165% a.a. para CDI + 0,45%. Assim, o vencimento passa a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

16.2. Captação 1º emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2018 a Companhia captou R\$ 480.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 1ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. As liberações efetivas dos recursos oriundos das primeira e segunda séries ocorreram em 26 de junho de 2018 e não houve juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos.

A emissão foi realizada em duas séries, sendo que a primeira é composta de 240.000 (duzentos e quarenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 5 (cinco) anos e a segunda é composta de 240.000 (duzentos e quarenta mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 07 (sete) anos, totalizando assim 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações ocorridas na Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 14 de junho de 2018.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados para pagamentos de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas ao Projeto de modernização das UHE's que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Os juros remuneratórios da primeira emissão de debêntures da primeira série correspondem a variação do CDI acrescidos de juros remuneratório de 1,05% a.a.. As debêntures da segunda série serão atualizadas pela variação do IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 6,1546% a.a.. Para ambas as séries, os pagamentos de juros serão semestrais.

Juros, variação monetária e custos das debentures foram classificadas como imobilizado pois a finalidade desta transação é exclusivamente suportar os custos da modernização das UHE.

16.3. Composição e vencimento

Banco	Dívida	Série	Remuneração	Vencimento	2018			
					Circulante			Não circulante
					Juros	Custo de Transação	Total	
Tokyo - Mitsubishi UFJ	Empréstimo	-	13,16% ao ano	29/06/2023	2.962	-	2.962	2.700.000
Bradesco	Debêntures - 1ª Emissão	1	CDI +1,05% a.a.	12/07/2023	-	279	279	238.827
Bradesco	Debêntures - 1ª Emissão	2	IPCA + 6,1546% a.a.	16/06/2025	-	(609)	(609)	238.329
					2.962	(330)	2.632	3.177.156

Dívida	Remuneração	Vencimento	2017			
			Circulante			Não circulante
			Principal	Juros	Total	
Tokyo - Mitsubishi UFJ	13,36% a.a.	28/06/2019	-	3.007	3.007	2.700.000
			-	3.007	3.007	2.700.000

16.4. Vencimento das parcelas de longo prazo

Instituição/linha credora	Frequencia de pgto.	2020	2021	2022	2023	2025	Total
Tokyo - Mitsubishi UFJ	Anual	675.000	675.000	675.000	675.000	-	2.700.000
Debêntures - Série 1	Final	(343)	(343)	119.657	119.856	-	238.827
Debêntures - Série 2	Final	(1.131)	(1.131)	(1.131)	(1.131)	242.853	238.329
		673.526	673.526	793.526	793.725	242.853	3.177.156

16.5. Movimentação da dívida

	Tokyo - Mitsubishi UFJ	Debêntures - 1 ª Emissão		Total
		Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.703.007	-	-	2.703.007
Captação de debêntures	-	240.000	240.000	480.000
Custos de transação	-	(1.717)	(7.916)	(9.633)
Capitalização de juros	-	9.044	7.571	16.615
Apropriação de juros	363.092	-	-	363.092
Juros pagos	(363.137)	(8.422)	(7.049)	(378.608)
Apropriação de custos	-	201	659	860
Apropriação de variação monetária	-	-	4.455	4.455
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.702.962	239.106	237.720	3.179.788

As variações do saldo de empréstimos decorrem da movimentação normal do presente exercício.

16.6. Características dos contratos de empréstimos e debêntures

Instituição/linha credora	Data próximo Pgto. Juros	Frequencia Pgto. Juros	Data da próxima amortização	Vencimento Final	Adimidente	Data da 'Captação / Repactuação	Tipo de garantia
Tokyo - Mitsubishi UFJ	29/03/2019	Trimestral	29/06/2020	29/06/2023	Sim	2 - 27/06/2018	-
Debêntures - Série 1	15/06/2019	Semestral	12/07/2023	12/07/2023	Sim	1 - 15/06/2018	Quirografária
Debêntures - Série 2	15/06/2019	Semestral	16/06/2025	16/06/2025	Sim	1 - 15/06/2018	Quirografária

* Debêntures – Agente fiduciário Pentágono S/A DTVM.

16.6.1. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As cláusulas restritivas aplicadas são:

Empréstimo

- i. A companhia deverá manter o índice de “Dívida Financeira Líquida Consolidada” sobre o EBITDA, inferior a 4,5 até o final de cada ano fiscal.

Debêntures

- i. Para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).
- ii. O índice financeiro do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3,20
- iii. O índice financeiro do quociente da divisão do EBITDA pelo Resultado Financeiro deverá ser igual ou superior a 2,00

Para mais informações a respeito de cláusulas restritivas, vide nota explicativa nº 19.5.2 das demonstrações financeiras societárias.

17. PROVISÕES PARA RISCOS

17.1. Contingências prováveis

	2018	2017
Trabalhista	7	-
	7	-

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas.

17.2. Contingências possíveis

	2018	2017
Tributárias	441.474	420.000
Ambiental	12.404	-
Trabalhista	8.373	233
	462.251	420.233

Tributário

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para discutir a opção de Rio Paraná Energia S.A. pelo regime de lucro presumido nos anos de 2015 e 2016, em que a Rio Paraná por meio de empréstimos realizado em moeda estrangeira (Dólar) adquiriu receita significativa com a variação cambial positiva. Porém, por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento dos tributos incidentes. Em razão disso, foi realizada consulta perante a Receita Federal em 29 de abril de 2016. A resposta à Consulta foi publicada em 29 de dezembro de 2017, e o entendimento da Receita Federal foi de que todas as receitas auferidas devem ser consideradas para fins do limite legal do enquadramento do lucro presumido. Devido a este entendimento, foi ajuizado Mandado de Segurança com pedido de liminar mediante depósito judicial de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018, conforme divulgado na nota 28.2 de dezembro 2017.

Ambiental

Em 31 de dezembro de 2018, as contingências ambientais que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível, estão avaliadas no montante de R\$ 12.404. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a (i) ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados; (ii) cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação (manutenção e gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre – CCFS); (iii) manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório. Abaixo, seguem principais processos ambientais:

- Tratam-se de 523 Ações Civis Públicas – (“ACP’s”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) de Jales/SP em face da CESP, e, inicialmente, todas tramitavam perante a Justiça Federal de Jales/SP. Assim, o MPF requereu a condenação da CESP para: i) recuperação da Área de Preservação Permanente – (“APP”); ii) a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes); iii) pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos.

Em 17 de fevereiro de 2016, foi verificada a existência de questão, com a pendência do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (“ADIs”) nº’s 4.901, 4.902 e 4.903, que tramitaram perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em que se discutia a constitucionalidade de dispositivos do Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012), dentre eles aqueles que disciplinam as APP’s de reservatórios.

Concomitantemente, a CESP peticionou em todas as ações solicitando o ingresso da Rio Paraná como substituto processual em decorrência do Contrato de Concessão firmado com o Poder Concedente em 5 de janeiro de 2016, na qualidade de concessionária do serviço público de geração de energia elétrica das UHE’s Ilha Solteira e Jupiá, cujo deferimento, na grande maioria dos casos/ACP’s, encontrava-se suspenso enquanto se discutiam as ADIs nº’s 4.901, 4.902 e 4.903, no STF.

Em fevereiro de 2018 ocorreu o julgamento no STF das ADI’s nº’s 4.901, 4.902 e 4.903, tendo considerado como constitucional os dispositivos do Código Florestal, especialmente o artigo 62, que disciplina sobre as APP’s de reservatórios.

Dessa forma, no início do mês de maio de 2018, a Rio Paraná foi intimada pela 1ª Vara Federal de Andradina para substituir a CESP como réu em 22 ACP's, que migraram da 1ª Vara Federal de Jales. Em 1º de outubro de 2018, a companhia foi intimada nas outras 501 ACP's e que tramitam perante a 1ª Vara Federal de Jales, convocando o Rio Paraná para uma tentativa de acordo, para dar fim às 523 ACP's. O Juiz da 1ª Vara Federal de Jales determinou que os MPF's de Jales e de Andradina e a Rio Paraná tentassem, de forma administrativa, chegar a uma composição antes do andamento dos processos. A Rio Paraná está discutindo com o MPF a possibilidade de assinar um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa, haja vista que não conseguimos aferir os custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, bem como quanto aos custos relativos à desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

Ação Zoológico – CESP x Rio Paraná e CTGBR (Proc. nº 5001062-57.2018.4.03.6137): Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer promovida pela Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) em face da Rio Paraná e da CTG BR, em 29/05/2018, em que requerer a condenação da CESP para:

- i) assumir a gestão e manutenção do CCFS/Zoológico;
- ii) pagamento de indenização decorrente dos custos havidos pela CESP desde o dia 1º/07/2016 até a data do ajuizamento da ação;
- iii) pagamento de indenização dos custos com manutenção e gestão do CCFS/Zoológico até a assunção pela Rio Paraná e CTG BR.

No dia 04/06/2018, foi proferida decisão concedendo “o pedido de tutela provisória para determinar que a Rio Paraná e CTG BR procedam às medidas efetivas necessárias para transferência de titularidade sobre a gestão, manutenção e funcionamento do Centro de Fauna Silvestre de Ilha Solteira”. A Rio Paraná e a CTG BR foram citadas e intimadas no dia 15/07/2018. Em 06/08/2018, a Rio Paraná e CTG BR interpuseram agravos de instrumento contra a decisão liminar, recursos aos quais o TJ/SP concedeu efeito suspensivo, antes de proferir decisão rejeitando-os (por perda de objeto decorrente da decisão liminar proferida na ACP ajuizada pelo MPF). Contra tal decisão, as empresas ofereceram embargos de declaração, ainda pendentes de apreciação. Paralelamente, as Réus apresentaram contestação, reclamando a revogação da liminar pelo juiz - que, no entanto, acabou (i) mantendo a sua decisão e (ii) declinando de sua competência para a Justiça Federal de Andradina. Os autos foram recebidos em Andradina. Em 29/01/2019, o Juiz da Vara Federal de Andradina/SP determinou a conexão desta ação com a ACP promovida pelo MPF de Andradina/SP.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso é de R\$ 2.404.

- ACP Zoológico – MPF de Andradina X Rio Paraná (Proc. nº 5000577-57.2018.4.03.6137): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada em 12/06/2018. Em 1º/10/2018, foi proferida decisão liminar, determinando que: (1) a Rio Paraná “mantenha a gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre de Ilha Solteira”; e, (2) o IBAMA se abstenha “de substituir as condicionantes das Licenças de Operação” das UHE Jupiá e Ilha Solteira “relativas à manutenção e pleno funcionamento” do CCFS

pela execução do Programa do Corredor Ecológico, "enquanto não demonstrado, por estudos científicos exaustivos, que do programa resulta benefícios para a fauna silvestre das áreas de influência das Usinas".

A Rio Paraná foi citada e intimada da decisão liminar em 16/10/2018. Contra a referida decisão, a Rio Paraná e o IBAMA interpuseram agravo de instrumento ao TRF/3. Paralelamente, os Réus apresentaram as suas contestações e pedidos de revogação da liminar ao juiz.

Em 15/01/2019, a CESP, de forma “espontânea”, peticionou nos autos da ACP informando possuir legitimidade para tanto, mencionando a interposição de ação de obrigação de fazer, bem como indicando que o prazo para que a Rio Paraná assumisse a gestão e manutenção do CCFS/Zoológico findou. Em 29/01/2019, a liminar foi revogada pelo Juiz da Vara Federal de Andradina/SP.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso é de R\$ 10.000.

- ACP Piscicultura – CIMDESPI x ONS, Rio Paraná (Proc. nº 00000894-24.2014.4.03.6124): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada por CIMDESPI, APROPESC e AB-TILAPIA, em 18/08/2014, em face da ONS e CESP, requerendo, como medida liminar, que a Companhia se abstenha de: i) reduzir o nível de água do reservatório; e, ii) gerar energia abaixo do mínimo da cota do reservatório, sob pena de multa diária. Os pedidos foram repetidos no mérito.

Em 2014, durante a concessão da CESP, a UHE Ilha Solteira foi impactada pela crise hidrológica causada pela falta de chuvas, bem como outras empresas de geração de energia em todo o país. Para a UHE Ilha Solteira, a cota mínima de operação/uso do reservatório corresponde a 323m, no entanto, em 2014, o nível do reservatório estava abaixo da cota mínima, ou seja, 321m. Esse processo envolve fatos ocorridos durante o ano de 2014, antes da concessão da UHE Ilha Solteira pela Rio Paraná, e a discussão está relacionada à possibilidade de flexibilização da cota mínima estabelecida para o reservatório de Ilha Solteira.

Em 22 de novembro de 2017, o MPF de Jales ingressou nos autos como autor e solicitou a inclusão do IBAMA e do Rio Paraná como réus, bem como a exclusão da CESP do processo.

A Rio Paraná foi citada/intimada em 6 de novembro de 2018, mas o prazo para Contestação ainda não se iniciou. A Defesa será apresentada ainda no mês de Janeiro/2019.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa.

Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2018, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$8.373. As variações na rubrica de contingências trabalhistas

são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia de empregados terceirizados,

18. PATRIMONIO LIQUIDO

18.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2018 (em milhares de ações)		
	Ordinárias	%
Acionista		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

18.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício pela legislação societária, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

18.3. Destinação do lucro do exercício

	2018	2017
Lucro do Exercício	556.375	505.387
Reserva legal	-	(41.135)
Dividendos	-	(200.752)
Juros sobre o capital próprio - JSCP	(578.000)	-
Reserva de retenção de lucros	21.625	(263.500)
	-	-

O valor de dividendos e da reserva legal é calculado tomando-se como base o resultado societário. Considerando que a companhia apresentou prejuízo nas demonstrações financeiras societárias não foi efetuado o cálculo de reserva legal e dividendos nas demonstrações contábeis regulatórias.

18.4. Composição de dividendos a pagar e JSCP

	2018	2017
Dividendos	56.918	170.753
Juros sobre o capital próprio - JSCP	723.874	511.700
	780.792	682.453

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente;

A proposta dos dividendos consignada das demonstrações financeiras da Companhia, está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

19. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

19.1. Energia elétrica vendida

Receita Bruta	Nº de consumidores		GWh (*)		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Suprimento faturado						
ACR - Ambiente de contratação regulada (quotas)	51	49	14.445,4	14.973,9	2.272.975	2.138.050
ACL - Ambiente de contratação Livre	20	19	6.303,7	6.423,0	804.730	780.064
MCP - Mercado de curto prazo	-	-	-	-	54.110	16.546
MRE - Mecanismo de realocação de energia	-	-	-	-	9.848	23.565
	71	68	20.749,1	21.396,9	3.141.663	2.958.225
Provisão ACR	-	-	-	-	212.902	202.016
Energia vendida adquirida de terceiros	1	-	19,6	-	5.023	-
Total	72	68	20.768,7	21.396,9	3.359.588	3.160.241

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL em 31 de dezembro de 2018:

	Mwméd*	
	2018	2017
Energia disponível para venda	2.541	2.545
Cota	1.777	1.782
ACL	556	601
Contratos bilaterais de venda de energia	720	733
Contratos bilaterais de compra de energia	164	132
Energia livre para contratação	208	162
Percentual de energia contratada	91,8%	93,6%

* Não auditado pelos auditores independentes.

19.2. Energia comprada para revenda

Energia elétrica comprada	2018	2017
Contratos bilaterais	349.824	396.307
Mercado de curto prazo (MCP)	5.738	38.404
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.609	8.850
(-) Crédito de PIS	(6.080)	(6.928)
(-) Crédito de COFINS	(28.005)	(31.910)
	325.086	404.723

A energia comprada para revenda decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre e, consequentemente, do efeito do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação da exposição através de compras na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

19.3. Encargos de uso da rede elétrica

Encargos de uso da rede elétrica	2018	2017
Tust	424.090	388.154
Tusd	6.281	5.803
Encargos de conexão	487	127
(-) Crédito de PIS	(7.051)	(6.468)
(-) Crédito de COFINS	(32.480)	(29.791)
	391.327	357.825

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

20. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	De operação	Gerais e administrativas	2018	2017
			Total	Total
Gerenciáveis				
Pessoal e administradores	62.727	15.335	78.062	71.095
Material de manut edif obras civis benfeitorias	257	-	257	886
Material de manut maquinas e equipamentos	2.604	-	2.604	2.630
Materiais e ferramentas de trabalho	850	-	850	600
Material para meio ambiente	155	-	155	562
Material - Outros	2.075	332	2.407	1.595
Serviços de terceiros - Consultorias	6.223	1.329	7.552	5.358
Serviços de terceiros - Vigilância e segurança	2.230	-	2.230	2.243
Serviços de terceiros - Limpeza e conservação	1.792	63	1.855	1.881
Serviços de terceiros - Meio ambiente	2.816	-	2.816	3.662
Serviços de terceiros - Energia elétrica	80	-	80	162
Serviços compartilhamento de infraestrutura	-	35.724	35.724	13.005
Serviços Manutenção	9.599	-	9.599	13.037
Serviços de terceiros - Outros	5.077	1.739	6.816	5.981
Depreciação	837	52	889	573
Amortização	460.312	683	460.995	460.992
Seguros	9.685	139	9.824	10.419
Aluguéis e arrendamentos	866	1.563	2.429	2.522
Outros	2.741	3.095	5.836	13.379
	570.926	60.054	630.980	610.582

21. CUSTOS E DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pessoal e administradores	2018	2017
Pessoal		
Remuneração	40.572	39.518
Outros benefícios	12.155	10.622
Encargos	14.685	14.560
Previdência privada	1.784	1.697
Despesas rescisórias	143	129
Participação nos lucros e resultados	8.723	4.569
	78.062	71.095

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas		
Variação cambial ativa (i)	634.535	352.225
Aplicações financeiras	55.803	54.144
Depósito judicial	25.656	-
Outras	12.193	4.296
	728.187	410.665
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(363.092)	(365.867)
Juros sobre partes relacionadas	(175.633)	(139.462)
Tarifas bancárias	(18)	(17)
Comissões	(14.250)	(896)
Variação cambial passiva (i)	(1.180.793)	(400.340)
Imposto sobre empréstimos e partes relacionadas	(8.123)	(21.940)
Outras	(6.571)	(4.851)
	(1.748.480)	(933.373)
	(1.020.293)	(522.708)

(i) Variação do dólar em 2018 para R\$ 3,87 (R\$ 3,30 em dezembro de 2017).

23. DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Para 2017, em função dos enquadramentos legais, a Companhia passou a operar pelo lucro real.

	2018		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	539.655		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(134.914)	(48.569)	(183.483)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva			
Juros sobre Capital Próprio	144.500	52.020	196.520
Resultado equivalência patrimonial	46	16	62
Despesas indedutíveis	(256)	(90)	(346)
Doações Incentivadas	(1.077)	(388)	(1.465)
Incentivos Fiscais	4.731	-	4.731
Outros	(3)	(10)	(13)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	13.027	2.979	16.006
IRPJ e CSLL correntes	121.825	45.568	167.393
IRPJ e CSLL diferidos	(134.864)	(48.551)	(183.415)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(13.039)	(2.983)	(16.022)
Ajustes Correntes - Periodos Anteriores	(671)	(3)	(674)
Ajustes Diferidos - Periodos Anteriores	(40)	16	(24)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	(13.750)	(2.970)	(16.720)
Alíquota efetiva	-2,4%	-0,6%	-3,0%

	2017		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	835.615		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(208.904)	(75.205)	(284.109)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva			
Juros sobre Capital Próprio	150.500	54.180	204.680
Resultado equivalencia patrimonial	(13)	(5)	(18)
Despesas indeuditíveis	(300)	(27)	(327)
Variação Cambial	(4.363)	(1.571)	(5.934)
Doações Indedutíveis	(2.514)	(905)	(3.419)
Incentivos Fiscais	4.150	-	4.150
Outros	24	-	24
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(61.420)	(23.533)	(84.953)
IRPJ e CSLL correntes	80.453	30.224	110.677
IRPJ e CSLL diferidos	(19.033)	(6.692)	(25.725)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	61.420	23.532	84.952
Ajustes Diferidos - Periodos Anteriores	180.468	64.808	245.276
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	241.888	88.340	330.228
Alíquota efetiva	7,4%	2,8%	10,2%

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Acionistas controladores	370.935	336.942
Acionistas não controladores	185.440	168.445
	556.375	505.387
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Acionistas controladores	4.676.217	4.676.217
Acionistas não controladores	2.338.109	2.338.109
	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ação		
Acionistas controladores	0,07932	0,07205
Acionistas não controladores	0,07932	0,07205

25. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2018		2017	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	1.124.329	1.124.329	630.150	630.150
Concessionárias e permissionárias	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	344.080	344.080	276.198	276.198
Dividendos	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	32	32	-	-
Outros créditos/ Depósito judicial	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	651.913	651.913	53.122	53.122
			2.120.354	2.120.354	959.470	959.470
Passivos financeiros						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Nível 2	82.139	82.139	77.828	77.828
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Nível 2	3.611.914	3.611.914	3.243.349	3.243.349
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	Nível 2	58.287	58.287	41.858	41.858
Empréstimos e debêntures	Outros passivos financeiros	Nível 2	3.179.788	3.179.788	2.703.007	2.703.007
Juros sobre o capital próprio - JSCP	Outros passivos financeiros	Nível 2	723.874	723.874	511.700	511.700
Dividendos	Outros passivos financeiros	Nível 2	56.918	56.918	170.753	170.753
Outras obrigações	Outros passivos financeiros	Nível 2	-	-	39.697	39.697
			7.712.920	7.712.920	6.788.192	6.788.192

26. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

	Limite Máximo de Indenização em R\$	
	Vigência 04/08/2018 à 04/08/2019	Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018
Risco operacional	2.000.000	2.000.000
Responsabilidade civil	110.000	110.000
Lucro cessante	1.137.596	1.137.596

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

27. COMPROMISSOS

27.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos bilaterais para venda de energia no ambiente livre negociados até o ano de 2028 e comprometimento no regime de cota de garantia física até o ano de 2045.

Para o projeto de grandes reparos a Companhia já contratou o montante total de R\$ 724 milhões para a primeira fase da reforma.

28. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

	Nota	2018			
		Geração	Comercialização	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Suprimento de energia elétrica	19.1	3.354.565	5.023	-	3.359.588
Receita		3.354.565	5.023	-	3.359.588
Tributos					
Pis-Pasep		(55.445)	(83)	-	(55.528)
Cofins		(255.384)	(382)	-	(255.766)
		(310.829)	(465)	-	(311.294)
Encargos - Parcela "A"					
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(29.015)	-	-	(29.015)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(104.648)	-	-	(104.648)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(7.472)	-	-	(7.472)
		(141.135)	-	-	(141.135)
Receita operacional líquida		2.902.601	4.558	-	2.907.159
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"					
Energia comprada para revenda	19.2	(320.652)	(4.434)	-	(325.086)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	19.3	(391.327)	-	-	(391.327)
		(711.979)	(4.434)	-	(716.413)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.190.622	124	-	2.190.746
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	20				
Pessoal	21	(78.062)	-	-	(78.062)
Material		(6.273)	-	-	(6.273)
Serviços de terceiros		(66.672)	-	-	(66.672)
Depreciação e amortização		(461.884)	-	-	(461.884)
Seguros		(9.824)	-	-	(9.824)
Alugueis		(2.429)	-	-	(2.429)
Outros		(5.836)	-	-	(5.836)
		(630.980)	-	-	(630.980)
Resultado da atividade		1.559.642	124	-	1.559.766
Equivalência patrimonial				182	182
Resultado financeiro					
Receitas		728.187	-	-	728.187
Despesas		(1.748.480)	-	-	(1.748.480)
		(1.020.293)	-	-	(1.020.293)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		539.349	124	182	539.655
Despesas com impostos sobre os lucros	23	16.720	-	-	16.720
Lucro líquido do exercício		556.069	124	182	556.375

	Nota	2017			
		Geração	Comercialização	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Suprimento de energia elétrica	19.1	3.160.241	-	-	3.160.241
Receita		3.160.241	-	-	3.160.241
Tributos					
Pis-Pasep		(52.261)	-	-	(52.261)
Cofins		(240.717)	-	-	(240.717)
		(292.978)	-	-	(292.978)
Encargos - Parcela "A"					
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(27.315)	-	-	(27.315)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(99.663)	-	-	(99.663)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(8.782)	-	-	(8.782)
		(135.760)	-	-	(135.760)
Receita operacional líquida		2.731.503	-	-	2.731.503
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"					
Energia comprada para revenda	19.2	(404.723)	-	-	(404.723)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	19.3	(357.825)	-	-	(357.825)
		(762.548)	-	-	(762.548)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.968.955	-	-	1.968.955
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	20				
Pessoal	21	(71.095)	-	-	(71.095)
Material		(6.273)	-	-	(6.273)
Serviços de terceiros		(45.329)	-	-	(45.329)
Depreciação e amortização		(461.565)	-	-	(461.565)
Seguros		(10.419)	-	-	(10.419)
Alugueis		(2.522)	-	-	(2.522)
Outros		(13.379)	-	-	(13.379)
		(610.582)	-	-	(610.582)
Resultado da atividade		1.358.373	-	-	1.358.373
Equivalência patrimonial				(50)	(50)
Resultado financeiro					
Receitas		410.665	-	-	410.665
Despesas		(933.373)	-	-	(933.373)
		(522.708)	-	-	(522.708)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		835.665	-	(50)	835.615
Despesas com impostos sobre os lucros	23	(330.228)	-	-	(330.228)
Lucro líquido do exercício		505.437	-	(50)	505.387

29. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

29.1. Reapresentação de cifras (societário)

Em 2018, a Companhia identificou ajustes referentes à retificação de erros no cálculo da provisão de grandes reparos, visto que efetuou cálculo do ajuste ao valor presente da provisão, considerando fluxo de pagamentos ao longo dos anos que espera realizar os correspondentes pagamentos, todavia, os valores para provisão não estavam integralmente atualizados para pagamentos nas datas futuras.

Estes ajustes não impactam na demonstração contábil regulatória, para mais informações vide Nota 7 – Reapresentação de cifras, das demonstrações financeiras estatutárias (societárias).

29.2. Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo	Nota	2018			2017		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		1.124.329	-	1.124.329	630.150	-	630.150
Concessionárias e permissionárias	1	342.961	(80.843)	262.118	276.198	(77.628)	198.570
Tributos a recuperar		11.337	-	11.337	128.601	-	128.601
Dividendos		32	-	32	-	-	-
Despesas antecipadas		6.278	-	6.278	6.388	-	6.388
Serviços em curso		2.588	-	2.588	550	-	550
Ativo financeiro vinculado à concessão	2	-	1.481.186	1.481.186	-	877.620	877.620
Outros créditos		210.409	-	210.409	53.092	-	53.092
Total do ativo circulante		1.697.934	1.400.343	3.098.277	1.094.979	799.992	1.894.971
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Concessionárias e permissionárias		1.119	-	1.119	-	-	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	2	-	8.410.001	8.410.001	-	10.546.705	10.546.705
Despesas antecipadas		2.088	-	2.088	-	-	-
Depósitos Judiciais		441.504	-	441.504	30	-	30
		444.711	8.410.001	8.854.712	30	10.546.705	10.546.735
Investimentos		232	-	232	82	-	82
Imobilizado	3	342.941	(339.796)	3.145	153.930	(151.370)	2.560
Intangível	2	12.425.768	(5.787.927)	6.637.841	12.886.763	(6.255.412)	6.631.351
Total do ativo não circulante		13.213.652	2.282.278	15.495.930	13.040.805	4.139.923	17.180.728
Total do ativo		14.911.586	3.682.621	18.594.207	14.135.784	4.939.915	19.075.699
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018			2017		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Fornecedores		82.139	-	82.139	77.828	-	77.828
Provisões para grandes reparos	4	-	341.985	341.985	-	871.604	871.604
Partes relacionadas		221.464	-	221.464	183.449	-	183.449
Encargos setoriais		45.061	-	45.061	26.990	-	26.990
Empréstimos e debêntures		2.632	-	2.632	3.007	-	3.007
Salários, provisões e contribuições sociais		17.902	-	17.902	11.881	-	11.881
Juros sobre o capital próprio - JSCP		723.874	-	723.874	511.700	-	511.700
Dividendos		56.918	-	56.918	170.753	-	170.753
Tributos a recolher		164.787	-	164.787	122.557	-	122.557
Outras obrigações		-	-	-	39.697	-	39.697
Total do passivo circulante		1.314.777	341.985	1.656.762	1.147.862	871.604	2.019.466
Não circulante							
Encargos setoriais		13.226	-	13.226	14.868	-	14.868
Empréstimos e debêntures		3.177.156	-	3.177.156	2.700.000	-	2.700.000
Tributos a recolher		143.541	-	143.541	135.662	-	135.662
Provisões para grandes reparos	4	-	1.911.664	1.911.664	-	1.179.267	1.179.267
Partes relacionadas		3.390.450	-	3.390.450	3.059.900	-	3.059.900
Impostos diferidos	5	36.111	535.182	571.293	219.549	1.016.573	1.236.122
Provisões para riscos		7	-	7	-	-	-
Total do passivo não circulante		6.760.491	2.446.846	9.207.337	6.129.979	2.195.840	8.325.819
Total do passivo		8.075.268	2.788.831	10.864.099	7.277.841	3.067.444	10.345.285
Patrimônio líquido							
Capital social	6	6.649.017	-	6.649.017	6.649.017	-	6.649.017
Reserva de retenção de lucros		-	871.036	871.036	-	1.871.342	1.871.342
Reserva legal		187.301	22.754	210.055	208.926	1.129	210.055
Total do patrimônio líquido		6.836.318	893.790	7.730.108	6.857.943	1.872.471	8.730.414
Total do passivo e patrimônio líquido		14.911.586	3.682.621	18.594.207	14.135.784	4.939.915	19.075.699

29.3. Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

	Nota	2018			2017		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Suprimento de energia elétrica	1	3.359.588	316.622	3.676.210	3.160.241	(870.869)	2.289.372
Outorga	2	-	(1.852.974)	(1.852.974)	-	2.078.964	2.078.964
Receita		3.359.588	(1.536.352)	1.823.236	3.160.241	1.208.095	4.368.336
Tributos							
Pis-Pasep		(55.528)	-	(55.528)	(52.261)	-	(52.261)
Cofins		(255.766)	-	(255.766)	(240.717)	-	(240.717)
		(311.294)	-	(311.294)	(292.978)	-	(292.978)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(29.015)	-	(29.015)	(27.315)	-	(27.315)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(104.648)	-	(104.648)	(99.663)	-	(99.663)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(7.472)	-	(7.472)	(8.782)	-	(8.782)
		(141.135)	-	(141.135)	(135.760)	-	(135.760)
Receita operacional líquida		2.907.159	(1.536.352)	1.370.807	2.731.503	1.208.095	3.939.598
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia comprada para revenda		(325.086)	-	(325.086)	(404.723)	-	(404.723)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(391.327)	-	(391.327)	(357.825)	-	(357.825)
		(716.413)	-	(716.413)	(762.548)	-	(762.548)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.190.746	(1.536.352)	654.394	1.968.955	1.208.095	3.177.050
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal		(78.062)	-	(78.062)	(71.095)	-	(71.095)
Material		(6.273)	-	(6.273)	(6.273)	-	(6.273)
Serviços de terceiros		(66.672)	-	(66.672)	(45.329)	-	(45.329)
Depreciação e amortização	3	(461.884)	223.894	(237.990)	(461.565)	236.535	(225.030)
Seguros		(9.824)	-	(9.824)	(10.419)	-	(10.419)
Alugueis		(2.429)	-	(2.429)	(2.522)	-	(2.522)
Outros		(5.836)	-	(5.836)	(13.379)	-	(13.379)
		(630.980)	223.894	(407.086)	(610.582)	236.535	(374.047)
Resultado da atividade		1.559.766	(1.312.458)	247.308	1.358.373	1.444.630	2.803.003
Equivalência patrimonial		182	-	182	(50)	-	(50)
Resultado financeiro	4						
Receitas		728.187	-	728.187	410.665	89.718	500.383
Despesas		(1.748.480)	(147.613)	(1.896.093)	(933.373)	(76.890)	(1.010.263)
		(1.020.293)	(147.613)	(1.167.906)	(522.708)	12.828	(509.580)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		539.655	(1.460.071)	(920.416)	835.615	1.457.458	2.293.073
Despesas com impostos sobre os lucros	5	16.720	481.390	498.110	(330.228)	(1.016.571)	(1.346.799)
Lucro líquido do exercício		556.375	(978.681)	(422.306)	505.387	440.887	946.274

29.4. Detalhamento das diferenças de práticas contábeis – Nota de ajuste

29.4.1. Balanço Patrimonial

Em 2018 a Rio Paraná apresentou as seguintes naturezas de ajustes entre as bases regulatória e societário:

1 Concessionárias e permissionárias

O Retorno da Bonificação pela Outorga da Concessão (RBO), é uma das parcelas que compõem a Receita Anual de Geração (RAG) e, refere-se a uma parcela de retorno associada à bonificação oferecida pela Outorga, conforme definido no Anexo 03 do Contrato de Concessão da Companhia (Regime de alocação de cotas da garantia física de energia e potência). O ajuste é decorrente do registro no livro societário, de RBO, a crédito da conta de concessionárias e permissionárias em contra partida com a conta de resultado (suprimento de energia), representado em 2018 pelo montante de R\$ 80.843 (R\$ 77.628 em 2017).

2 Ativo financeiro e intangível

	Regulatório	Transferências	Ajustes	Societário
Imobilizado	342.941	(339.796)	-	3.145
Intangível	12.425.768	339.796	(6.127.723)	6.637.841

No intangível a empresa apresentou os seguintes ajustes inerentes a diferença de normas entre regulatório e societário:

	Ajustes
Outorga	8.106.534
Provisão para grandes reparos	(2.253.649)
Outros	274.838
	6.127.723

Outorga

Os ajustes de outorga são decorrentes da contabilização da outorga de forma bifurcada conforme ICPC 01 e IFRIC 12.

Do montante pago na assinatura do contrato pelo direito de concessão R\$13.803.752, 65% do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, portanto a Companhia classificou como ativo financeiro para fins societários. Para os 35% restantes (R\$ 4.796.492), a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, 100% do valor pago pela outorga foi classificado como intangível.

	Ativo financeiro	Intangível	Outorga
Saldo societário 2017	11.424.325	4.476.726	15.901.051
Amortização	-	(159.883)	(159.883)
Atualização ativos financeiros	(260.277)	-	(260.277)
Liquidiação de ativos financeiros	319.836	-	319.836
Apropriação de ajustes a valor presente de ativos financeiros	(1.592.697)	-	(1.592.697)
Saldo societário 2018	9.891.187	4.316.843	14.208.030
Saldo regulatório 2017	-	12.883.501	12.883.501
Amortização	-	(460.124)	(460.124)
Saldo regulatório 2018	-	12.423.377	12.423.377
Societário x regulatório	9.891.187	(8.106.534)	1.784.653

3 Imobilizado

O ajuste é decorrente de bens adquiridos após a assinatura do contrato de concessão que, de acordo com o IFRIC 12, no societário são considerados ativo intangível e não ativo imobilizado.

4 Provisões para grandes reparos

O ajuste refere-se ao valor registrado no societário, no montante de R\$ 2.253.649 (R\$ 341.985 no passivo circulante e R\$ 1.911.664 no não circulante), relativo à grandes manutenções obrigatórias, para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional e referem-se à obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão.

Essa provisão é trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia, reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, pois o passivo será considerado como uma contraprestação em consequência do contrato.

Para fins regulatórios, os ativos são reconhecidos conforme custo incorrido, e não são passíveis de amortização, pois ainda não estão em operação. Nas demonstrações contábeis regulatórias não existe esse tipo de provisão.

5 Imposto diferidos

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, basicamente em função dos registros societários realizados relativos a outorga e provisão de projetos para grandes reparos.

6 Patrimônio líquido

O ajuste apresentado em reserva de lucros, refere-se ao efeito dos ajustes acumulados do resultado entre o regulatório e societário, que em 2017 estava representado por um aumento de R\$ 440.887 e em 2018 por uma redução de R\$ 978.681.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017
Patrimônio líquido societário	7.730.108	8.730.414
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Reembolso da outorga	1.748.160	2.064.782
Atualização do ativo financeiro	(2.551.244)	(4.404.218)
Diferença nas taxas de depreciação	(760.672)	(536.778)
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	134.785	(12.828)
Tributos sobre os ajustes	535.181	1.016.571
Patrimônio líquido regulatório	6.836.318	6.857.943

29.4.2. Demonstração do Resultado

1 Suprimento de energia elétrica

O ajuste refere-se à parcela de reembolso da outorga, que para fins regulatórios são reconhecidos no resultado ao invés de baixa de ativo financeiro da Receita pela Bonificação de Outorga (baixa do recebível).

2 Outorga

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro pelo IPCA e apropriação do Ajuste a Valor Presente (AVP), registrados no societário.

3 Depreciação e amortização

O efeito é decorrente da diferença da amortização da base regulatória (ANEEL) para a base societária. A taxa de depreciação e amortização utilizada, são as determinadas pela ANEEL.

4 Resultado financeiro

Os ajustes em receitas e despesas financeiras são decorrentes do efeito AVP (ajuste a valor presente) da provisão para grandes reparos registrados no societário.

5 Despesas com impostos sobre o lucro

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, basicamente em função dos registros societários realizados relativos a outorga (bônus de outorga e AVP) e depreciação, conforme mencionado anteriormente.

29.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2018	2017
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	(422.306)	946.274
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Na receita		
Reembolso da outorga	(316.622)	870.869
Atualização do ativo financeiro	1.852.974	(2.078.964)
	1.536.352	(1.208.095)
Nos custos gerenciáveis		
Diferença nas taxas de depreciação	(223.894)	(236.535)
	(223.894)	(236.535)
No resultado financeiro		
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	147.613	(12.828)
	147.613	(12.828)
No imposto sobre os lucros		
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	(481.390)	1.016.571
	(481.390)	1.016.571
Lucro líquido regulatório	556.375	505.387

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Guozhuo Sun
Conselheiro

Hong Quin
Conselheiro

Diretoria

Aljan de Abreu Machado
Diretor

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Lucas Morato Teixeira
Contador – CRC MG-080486/O-7